



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 089

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 089

80ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Designações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 10

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 16

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 17

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 18

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 19

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

2ª Discussão 21

1ª Discussão 22

Requerimentos 23

Explicações Pessoais:

Dep. Jocelito Canto 26

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 28

Errata:

Ata de Comissão

Finanças 30

DIÁRIO Nº 089

80ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

08 DE AGOSTO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (09).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Ney Leprevost (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 247/07

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, a construção de novas galerias pluviais no Jardim São Silvestre, em Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, sugerindo ao mesmo a construção de novas galerias pluviais no Jardim São Silvestre, em parceria com a Prefeitura de Maringá.

A realidade do Jardim São Silvestre em dias de chuva é dramática, sobretudo para os moradores da parte mais baixa do bairro, próximo ao contorno sul. As galerias não comportam a enxurrada que destrói muros e invade casas. As notícias dos jornais comprovam isso.

A Prefeitura não tem recursos para suportar a obra sem a parceria do estado, conforme se observa do orçamento anexo. Dessa forma, busca-se o apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 248/07

SÚMULA:

Propõe a ampliação de salas de aulas para o Colégio Estadual Vinícius de Moraes, em Colombo/PR.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) solicitar a ampliação de salas de aulas para o Colégio Estadual Vinícius de Moraes, no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se tendo em vista o aumento da demanda e a previsão da inclusão de mais de 300 alunos para 2008. A escola atende os bairros de Monte Castelo e Imbuial da Roseira o que evitará o transporte dos alunos para outras escolas da região, evitando custos e proporcionando segurança aos alunos.

INDICAÇÃO Nº 249/07

SÚMULA:

Propõe a revitalização da Biblioteca da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Lumina Pupatto, solicitar:

- Revitalização da Biblioteca da UNICENTRO - Campus Irati, Protocolo nº 9.640-540-5 - 08/08/07.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de revitalização é de suma importância para a universidade, uma vez que desta forma proporcionará melhor atendimento nas pesquisas dos estudantes e público em geral que se valem do acervo existente.

Frise-se que a instalação do sistema antifurtos fará com que caia o índice de apropriação indébita, preservando desta forma o patrimônio da instituição, evitando desta forma o desaparecimento de materiais bibliográficos e de multimídia.

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Felipe Lucas, para representar esta Casa de Leis no Congresso Mundial Ucrâniano e demais atividades de natureza Parlamentar, nos dias 15 a 31 de agosto de 2007, na cidade de Kiev e Donetsk - Ucrânia.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Elton Welter e Professor Luizão, Luiz Claudio Romanelli e Dr. Batista, para representar esta Casa de Leis na IV Edição do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos a ser realizada no período compreendido entre os dias 15 e 16 de agosto de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputado Durval Amaral e Nelson Justus, para representar esta Casa de Leis no Encontro dos Presidentes, nos dias 23, 24, 25 e 26 de agosto de 2007, na Cidade de Vitória/ES.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 2325**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 539/07 - oriundo da Mensagem nº 031/07, que visa prorrogar por 12 (doze) meses, os efeitos da Lei nº 11255/95, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 537/07 - oriundo da Mensagem nº 029/07, que autoriza o Poder Executivo a ceder, ao município de Nova Esperança, imóvel com área 1.660,80m², naquele município, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 511/07 - oriundo da Mensagem nº 026/07, que estabelece normas do Processo Administrativo Fiscal de Instrução Probatória relativo ao rito de cobrança administrativa das taxas do exercício do Poder de Polícia e de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 512/07 - oriundo da Mensagem nº 027/07, que estabelece que o capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11741/97, será no valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 524/07 - oriundo da Mensagem nº 028/07, que autoriza o Poder Executivo a, por meio do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, doar ao município de Pitanga, área de terreno com 2.145,00m², naquele município, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 08 do mês corrente, pelo motivo de estar realizando consulta médica.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifesta-

ção do soberano Plenário, sejam convidados os dirigentes da ONG MOPNIB, Jurandir Rosa e Fernando Luiz Monteiro, para usarem o Grande Expediente da Sessão desta Casa, no próximo dia 16, para falarem sobre o projeto de construção da usina Recicladora de Chumbo e fábrica de bateria, do município de Mauá da Serra.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando do mesmo a unificação e a informatização do cadastro de crianças para doação, bem como dos pais inscritos no estado do Paraná.

É comum aos casais que buscam a adoção a inscrição em várias cidades e essa situação muitas vezes provoca o desencontro das informações que poderiam facilitar a inclusão das crianças em lares não tão próximos das casas onde estão abrigadas.

A organização desse cadastro tornaria mais efetivas as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, pois é preciso incrementar as pesquisas e informatizar os cadastros. Trata-se de estudo exaustivo, trabalho diário no sentido de fazer das adoções processos mais ágeis, dentro da previsão legal.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) CIDA BIORGEHTTI

REQUERIMENTO Nº 2330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada Sessão Solene desta Assembleia Legislativa no dia 09 de outubro do corrente ano, a ser realizada no município de Pato Branco, em comemoração ao Cinquentenário da Revolta dos Posseiros, celebrada na data de 09 de outubro de 1957.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O dia 9 de outubro do ano de 1957, jamais será esquecido pela população sudoestina. Nesta data, corajosos homens, já cansados das atrocidades e dos desmandos cometidos por empresas colonizadoras que contavam com apoio de setores públicos de nosso estado, iniciaram na cidade de Pato Branco um levante, que mais tarde seria conhecido nacionalmente como a Revolta dos Colonos.

O levante iniciou-se na cidade de Pato Branco no dia 09 de outubro, que culminou com invasão do escritório da Colonizadora Comercial, situada naquele município. No dia seguinte, na cidade de Francisco Beltrão, centenas de colonos invadiram e tomaram a sede de outra colonizadora, a CITLA, companhia esta que a exemplo

de outras como a Apucarana, por várias vezes desrespeitaram a lei, cometendo atos de barbárie contra inúmeras famílias em toda a região sudoeste. As próximas semanas foram marcadas por inúmeros confrontos entre colonos que defendiam seu sagrado direito à terra e jagunços pagos pelas colonizadoras que, com o sucesso de Revolta, foram derrotadas.

Encaminhamos para a apreciação de V. Exa. esta proposição, com o intuito de homenagear tão glorioso feito que neste ano completa seu cinquentenário.

EQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, após ouvido o douto Plenário, informar, relativamente ao repasse de recursos públicos procedidos por essa Secretaria ou pela extinta FUNDEPAR, nos últimos 4 (quatro) anos, para entidades não governamentais, ONGs, OSIPs, fundações, etc, o que segue:

1) Quantos foram os repasses ou transferência de valores e a que título? Informar os correspondentes valores, um a um.

2) Quais as entidades beneficiadas e respectivos CNPJs? A necessidade da informação do CNPJ prende-se ao fato da impossibilidade de consulta ao site oficial do Governo - Gestão do Dinheiro Público, sem este dado.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(aa) VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, RIBAS CARLI FILHO, EDGAR BUENO, ANTONIO BELINATI e DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Pereira Ramos, ocorrido nesta data, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente às Secretarias de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Saúde, nas pessoas de seus titulares Lygia Lumina Pupatto e Cláudio Murilo Xavier, solicitando providências visando a imediata reabertura do CISOP (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná).

O consórcio acaba de fechar suas portas, interrompendo o atendimento a milhares de usuários da

região oeste paranaense, consequência de crise que se arrasta desde 2003, quando foi constatada dívida de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Há auditorias e investigações sendo processadas, que consideramos importantes, porém alternativas precisam ser encontradas para que os serviços não se interrompam e a população não seja ainda mais penalizada.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado da Educação, para esclarecer a seguinte questão:

1) Em relação à licitação para a reforma do Instituto de Desenvolvimento Educacional Cezar Prieto Martinez, em Ponta Grossa, protocolado sob nº 9.285.098, qual a data programada para a realização da referida licitação?

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 566/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Calendário Oficial para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A sua administração e gestão ficarão a cargo de Comissão Gestora especificamente criada para este fim.

Art. 2º Todos os municípios paranaenses que tenham interesse para o turismo religioso, poderão habilitar-se para inclusão no calendário oficial.

Parágrafo Único. Entende-se por município de interesse para o turismo religioso os que:

I - possuam atrativos de natureza religiosa, como:

a) percurso, local de peregrinação e penitência, marco ou monumento histórico;

b) museus, exposições, casa de relíquias sacras;

c) igrejas, capelas, templos, mesquitas e casas de encontros espirituais.

II - possuam calendário de acontecimentos históricos e de eventos religiosos;

III - possuam lideranças, movimentos ou instituições que tenham comprovada atuação religiosa.

Art. 3º A implantação da Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná deve observar os preceitos de adequação da atividade ambientalmente sustentável, como:

I - capacitação de recursos humanos:

a) curso de formação em educação ambiental;

b) formação profissionalizante para atendimento na região em todas as frentes de trabalho surgidas através da atividade turística;

c) conscientização da população quanto à hospitalidade ao visitante.

II - prevenção da degradação do equilíbrio sócio-ambiental;

III - tratamento e destinação ambientalmente seguros de resíduos antrópicos;

IV - recuperação das áreas degradadas, em virtude da continuidade da visitação e da falta de estratégia anterior.

Art. 4º A Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná deverá ser composta por:

I - paritária de membros indicados pelas entidades, lideranças ou movimentos religiosos do estado;

II - de membros dos órgãos governamentais afetos à matéria, através de indicação do Poder Executivo.

§ 1º Por exercerem função considerada de relevante interesse público, os membros da Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná não receberão remuneração.

§ 2º Estes elementos farão indicação de órgãos e entidades de caráter amplo que contribuirão para o desenvolvimento do turismo religioso no estado.

Art. 5º O estado deverá criar programas específicos através de seus órgãos competentes, que incentivem a implantação da Comissão Gestora do Turismo Religioso no Estado do Paraná.

Art. 6º Poderão ser concedidos incentivos fiscais e financeiros às ações que promovam o desenvolvimento do turismo religioso nos municípios do estado.

Parágrafo Único. Os instrumentos de que trata este artigo serão concedidos sob a forma de créditos especiais, deduções, isenções total ou parcial de impostos, tarifas diferenciadas, prêmios, empréstimos e demais modalidades especificamente estabelecidas.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O turismo religioso, diferente de todos os outros segmentos de mercado do turismo, tem como motivação fundamental a fé, estando, portanto, ligado profundamente ao calendário religioso da localidade receptora do fluxo turístico. Esta tipologia de turismo está fundamen-

talmente ligada à história da atividade da prática da fé, sendo o segmento que mais contribuiu e contribui, em números, em períodos que a atividade turística em geral torna-se inviável por qualquer motivo.

O turismo religioso já é uma realidade nas localidades que oferecem qualquer atrativo de cunho sagrado, sejam eles monumentos, festas religiosas, construções ou lugares sagrados.

Considerando-se que para cada emprego direto na indústria do turismo, criam-se empregos indiretos, percebe-se que é um veio exequível de absorção de mão-de-obra, visto que o turismo tem uma relação ampla com a economia, compreendendo a maioria dos setores econômicos, direta ou indiretamente e, assim, permite a criação de empregos e a geração de renda em todos os segmentos, através de seu efeito multiplicador.

Pelos dados oficiais, após o turismo de negócios, o turismo religioso lidera as estatísticas como segmento que mais tem se desenvolvido. Ainda não está claro o impacto sócio-cultural provocado pelo turismo religioso, no entanto, segundo a análise de especialistas, é possível observar que tem favorecido o redimensionamento das economias locais e o fortalecimento das suas comunidades. Fatores como hospedagem, comércio, alimentação, cultura e lazer, são diretamente afetados pelo fluxo turístico, implicando na reconfiguração de uso do espaço, planejamento de infra-estrutura receptiva e organização econômica.

A novidade promete ser bem aceita por todos os agentes de viagem por representar um aditivo significativo nas opções de viagens e prometer aumentar o movimento do turismo interno. Todo roteiro feito na linha da fé é algo facilmente vendável. Tome-se como exemplo os pacotes para Santiago de Compostela, no norte da Espanha, para o mês de julho, que costumam estar lotados, assim como para Nossa Senhora de Fátima, em Fátima, no mês de maio, e tantos outros exemplos nacionais como a Romaria de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte/CE, ou na grande festa do dia 12 de outubro, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte/SP. Apesar de não termos uma infra-estrutura adequada na maioria dos lugares, a iniciativa é bastante válida pois provocará o seu desenvolvimento. Potencial é o que não nos falta.

Embora haja uma conotação predominante católica, esta se dá pelo fato de que nossas cidades estão ligadas historicamente a religião católica e que os acervos e patrimônios que permanecem expressam essas fases, os dispositivos deste projeto se estendem a todas as religiões atualmente presentes, motivadoras de visitas.

Por entender que a política de geração de empregos demanda atitudes proativas e que a valorização dos princípios morais e espirituais congregam a manutenção e disseminação dos locais e crenças religiosas, é que apresentamos a presente proposição, para a qual contamos com a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 567/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede ao Sr. Miguel Carlos Riella, o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Miguel Carlos Riella nasceu em Blumenau (SC), em 11 de abril de 1945. Filho de Carlos Riella e Edith Gracher Riella, descendentes de italianos e alemães, respectivamente. É casado com Maria Helena Zugueib Vidal Riella, com quem tem 2 filhos: Leonardo, 26 anos, médico formado em 2003 pela Universidade Federal do Paraná e atualmente cursando Residência em Medicina Interna no Brigham & Women's Hospital da Harvard University em Boston; e Cristian, 21 anos, atualmente no 3º ano de Medicina na Universidade Federal do Paraná.

Riella iniciou seus estudos em Blumenau (SC), tendo terminado o 3º grau já em Curitiba, onde ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, em 1963. Após sua graduação em 1968, continuou seus estudos nos Estados Unidos, onde especializou-se em Clínica Médica (Mount Sinai Hospital, Mount Sinai School of Medicine, New York 1970-1973) e posteriormente em Nefrologia na Universidade de Washington (1973-1975), sob a orientação do Dr. Belding H. Scribner, pioneiro na área de Hemodiálise Crônica. Nos Estados Unidos dirigiu o primeiro programa de nutrição parenteral domiciliar, estabelecendo na University of Washington em Seattle (1975).

Em 1976 retorna ao Brasil, iniciando suas atividades no Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC), onde estabeleceu o Serviço de Nefrologia e Nutrição Parenteral e Enteral, participou ativamente em todo o Brasil na disseminação da nova especialidade, Nutrição Parenteral e Enteral.

Em março de 1977 deu início ao Programa de Hemodiálise Crônica no HUEC e em 1980 sua equipe realizou o 1º transplante renal na instituição. Em setembro de 1980, publica seu 1º livro: Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrolíticos (Guanabara Koogan - atualmente na 4ª edição) e no mesmo ano, em julho, inicia o 1º Programa de Diálise Peritoneal Ambulatorial Domiciliar do Brasil.

Em 1981 obteve o título de doutor em Nefrologia pela Universidade Federal de São Paulo. Em 1982 estabeleceu o Programa de Residência Médica em Nefrologia tendo, desde então, formado mais de 60 especialistas em Nefrologia. Em 1984, estabelece a Fundação Pró-Renal (www.pro-renal.org.br), entidade de caráter social e dedi-

cada à pesquisa em enfermidades renais e metabólicas. A Fundação atende hoje mais de 1.800 pacientes com enfermidades renais, distribuindo medicamentos, vale-transporte e suplementos nutricionais, e recentemente instituiu o Centro de Pesquisa RDH (Rim, Diabete e Hipertensão) que atua na Fundação.

Em 1985 publica seu 2º livro: Suporte Nutricional, Parenteral e Enteral (Guanabara Koogan - atualmente na 2ª edição). Em 1987 é fundador e eleito 1º Presidente da Sociedade Latino-Americana de Diálise Peritoneal e fundador e 1º Presidente da Federação Latino-Americana de Nutrição Parenteral e Enteral (FELANPE). Em 1995 é eleito Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia e em 1999 é eleito membro do Conselho da Sociedade Internacional de Nefrologia. Em 2003-2005 passou a fazer parte da diretoria executiva da Sociedade Internacional de Nefrologia.

Atualmente é membro também do Conselho do COMGAN (Committee for the Advancement of Global Nephrology) da Sociedade Internacional de Nefrologia e em 2004 é indicado para ser o Chairman do recém-criado Comitê em Nefrologia Intervencionista da Sociedade Internacional de Nefrologia. É membro do Board of Directors da International Federation of Kidney Foundations e em abril de 2007 foi eleito President-elect (biênio 2009-2011) da mesma Federação.

É Board Certified em Medicina Interna pelo American College of Physicians (1973) e Fellow do American College of Physicians - FACP 1998.

É membro de diversas entidades científicas e faz parte do corpo editorial de várias revistas científicas no Brasil e no exterior. Atualmente é Editor Associado da revista Hemodialysis International (2003) e Editor Internacional da revista Seminars in Dialysis. Tem mais de 180 artigos e resumos de trabalhos publicados no Brasil e 113 artigos e resumos publicados no exterior, sendo 45 listados no PubMed. Proferiu 570 palestras, sendo 136 no exterior.

É Cavaleiro da Ordem de Malta desde 1988 e Cidadão Honorário da Cidade de Curitiba (2004). Recebeu a Distinguished International Medal da National Kidney Foundation - USA (1996) e é membro honorário de diversas sociedades científicas.

No 1º semestre de 2001 publicou, juntamente com a nutricionista Cristina Martins, da Fundação Pró-Renal, seu 3º livro: Nutrição e o Rim (Editora Guanabara Koogan - 1ª edição). Em 2004 o livro Nutrição e o Rim passa a ser editado também em espanhol pela Editora Pan-Americana. No total, tem 11 livros publicados no Brasil e no exterior, considerando todas as edições. Tem mais de 54 capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior.

Na vida acadêmica é professor titular de Clínica Médica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e professor titular de Clínica Médica da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná. Atualmente é Diretor do Serviço de Nefrologia do HUEC (Hospital Universitário Evangélico de Curitiba) e professor da pós-graduação

(Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tendo sido orientador de 4 teses de mestrado e uma de doutorado do recém-criado programa.

Participou em mais de 330 congressos médicos, sendo 150 no exterior.

Mais recentemente idealizou o Laboratório de Isolamento de Ilhotas Pancreáticas do Centro de Engenharia e Transplante Celular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O Laboratório iniciou (em fevereiro de 2004) o isolamento de células produtoras de insulina (ilhotas) a partir de pâncreas de doadores com morte cerebral e fez o 1º implante clínico em dezembro de 2005, constituindo-se no 1º transplante de células pancreáticas do sul do Brasil.

Em outubro de 2004 estabelece em Curitiba o Instituto Scribner em homenagem ao seu mentor, Belding H. Scribner, pioneiro da hemodiálise crônica no mundo e que pretende dedicar-se a educação, ensino e pesquisa na área nefrológica.

Como hobby pratica o golfe e preside a SAVIG (Sociedade dos Amigos do Vinho do Graciosa Country Club www.savig.com.br) da qual foi idealizador e fundador.

PROJETO DE LEI Nº 568/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Militar do Estado, manterá junto aos motoristas de táxi dos municípios paranaenses, programa de colaboração visando maior segurança para a comunidade paranaense.

Art. 2º A Polícia Militar do Estado manterá monitoramento no serviço de comunicação de áudio à disposição dos motoristas de táxi, procurando que essa medida reverta em ajuda recíproca.

Art. 3º Os motoristas de táxi ficam responsáveis de alertar a Polícia Militar quando presenciarem ocorrências de violência, assalto, roubo, atropelamento e outros casos afeitos à nossa Polícia Militar.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei, prevê que os táxis tenham aparelhos de rádio, controlados por uma central, para que os motoristas se comuniquem com a Polícia para denunciar assaltos, acidentes de trânsito e todos os casos afeitos à nossa Polícia Militar.

A proposta apresentada, pretende que os motoristas funcionem como uma espécie de colaboradores da Polícia, informando a ocorrência de crimes.

O objetivo é diminuir a criminalidade, aumentando a segurança da população.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a consequente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 569/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação Beneficente Dikaion, com sede e foro em Piraquara, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Dikaion, com sede na cidade de Piraquara/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 718/04 foi declarada em 2004 de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos. A mesma atende crianças carentes da comunidade com cursos, tratamentos de saúde e dentário. Presta assistência às suas famílias com alimentação e vestuário, ministra cursos e encaminha para emprego os pais das crianças que participam dos projetos.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 570/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina, com sede e foro em Londrina, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina, com sede na cidade de Londrina/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 9720, de 12 de abril de 2005, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem

fins lucrativos. A mesma atende 65 entidades com assessoria técnica, social e pedagógica. Juntamente com as entidades organiza eventos culturais, visando a manutenção das atividades e projetos específicos.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 571/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, o Centro de Educação Infantil São José, com sede e foro em Londrina, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública o Centro de Educação Infantil São José, com sede na cidade de Londrina/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 4079, de 20 de maio de 1998 e alterada pela Lei nº 9709, de 12 de janeiro de 2005, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos. A mesma entidade atende 48 crianças de 0 a 14 anos em período integral, de segunda a sexta-feira, cujos pais tenham que trabalhar no mesmo período. A mesma trabalha de forma integrada com os pais e a sociedade. Através da pedagogia aplicada, visa despertar as crianças para valores como: respeito, solidariedade, união e amizade.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 572/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Joel Malucelli, Presidente do Grupo J. Malucelli.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Joel Malucelli fundou sua primeira empresa em 08 de fevereiro de 1966, tornando-se depois o Grupo J. Malucelli, hoje um conglomerado com 35 empresas, gerando trabalho e divisas para o estado do Paraná.

Joel Malucelli sempre está interessado na expansão da produtividade deste estado do Paraná. Originário de

tradicional família italiana, presente no cenário brasileiro há mais de 1 século e que hoje conta com mais de 5 mil membros, são famílias que conhecem a dignidade do emprego e da possibilidade de crescimento.

O homenageado vê com orgulho o crescimento de Curitiba e não se cansa de dizer que é a melhor cidade do país para viver. Considera vitoriosa a jornada do estado da ruralização à industrialização, com destaque para a indústria tecnológica.

Joel Malucelli é economista formado na Universidade Federal do Paraná e tem pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas.

É justa a homenagem da Assembléia Legislativa ao paranaense que aqui cresceu e difundiu seu interesse por tecnologia e por empreender, gerando divisas para o Paraná. Mais do que palavras, é homem de ação, de iniciativa em favor de futuro mais promissor para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Pequeno Expediente. Antes, porém, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto, pela ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, o horário regimental das Sessões é às 14h30. Estamos, todos os dias, começando com 15 minutos de atraso. Acho que o relógio foi feito para o horário ser cumprido. Só gostaria de deixar este recado, que é importante cumprir o horário. O horário é para ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a questão de ordem de V. Exa. e vamos fazer um esforço para que todos os dias comecemos nossas Sessões às 14h30, conforme o horário regimental.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Estamos recebendo as seguintes autoridades nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa: o Sr. Vereador Jesus, da cidade de Ortigueira, Presidente da Câmara Municipal de Ortigueira; a Vereadora Rosilda; o Vereador Chico; o Vereador Marquinhos; o Secretário de Agricultura, Sr. Cláudio Lima e comunidade ribeirinha. Gostaria de saudá-los!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Os nossos agradecimentos pela presença de todas as autoridades! As presenças ficam devidamente registradas pelo eminente Deputado Marcelo Rangel.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Obrigado! Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

A verdade é que hoje havíamos entendido que este horário estaria reservado para ser usado pelos convidados, que na parte da manhã de hoje estiveram conosco na Audiência Pública realizada pela Frente Parlamentar de Acompanhamento do Potencial Energético do Estado do Paraná. Esteve conosco a Deputada Rosane, o Deputado Péricles, o Deputado Cheida, mas o entendimento feito pela Mesa é que o horário do Grande Expediente só pode ser usado pelos convidados nas quintas-feiras pela manhã. Particularmente não tinha conhecimento dessa determinação, o que nos foi passado na segunda-feira - e por isso faço uso do Grande Expediente no dia de hoje - é que na verdade deveria ser utilizado por essas pessoas que estão aqui. Sejam bem-vindos os nossos convidados que participaram na manhã de hoje dessa Audiência Pública e que trazem uma preocupação específica, que é a realização da Usina de Mauá!

Hoje, na parte da manhã, além dos Deputados citados, participaram da Audiência Pública o Procurador da República João Akira Homoto; o Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Vitor Hugo Burko; o Sr. Raul Munhoz, que é Diretor de Geração, Transmissão e Telecomunicações da COPEL; também participou conosco o representante da Liga Ambiental, Rafael Filipin, que se encontra aqui no Plenário; o Sr. Sérgio Luiz Lamy, que é representante do Consórcio Cruzeiro do Sul, que é o consórcio montado entre COPEL e ELETROSUL, que ganhou a construção da Usina de Mauá, essa usina que foi licitada no ano passado e que teve agora, há alguns meses foi arrematada pela COPEL. É uma usina de 360 megawatts, que deve entregar energia a partir do dia 01 de janeiro de 2011 e que tem entre as suas atribuições fazer com que tenhamos algumas soluções para a região e caso não sejam possíveis essas soluções, dificilmente teremos a usina.

Além disso, também queria registrar que esteve conosco a Sra. Izabel Cristina Diniz, que é agente da Comissão Pastoral da Terra, e também conosco esteve o representante do Ministério Público Estadual do Estado do Paraná.

Apenas para recuperarmos um pouco o que é a história, Deputado Péricles, que esteve hoje na parte da manhã também, o que é a história da construção da Usina de Mauá. A Usina de Mauá, no Rio Tibagi, é uma usina de grande porte, que trará um impacto, Deputado Dobrandino, a uma região compreendida entre Telêmaco Borba e Ortigueira, com algumas centenas ou milhares de quilômetros quadrados que serão inundados, e que entre outras dificuldades têm algumas que eu já citei aqui, inclusive, no dia de ontem: a questão das minas, que estão lá - alguns falam desde 60, outros em 1932 - acredito que estão abertas e portanto são minas de carvão que podem

liberar um componente tóxico para a água que será armazenada; os 10 hectares de carvão que foram colocados num reservatório, num depósito próximo ao rio Tibagi, cerca de 1.000 metros do rio Tibagi, esse carvão foi utilizado pela indústria Klabin; as comunidades indígenas que serão afetadas; os 378 produtores rurais que estão naquela região, e que também serão afetados.

Qual o objetivo da nossa Audiência Pública hoje, da Frente Parlamentar? Primeiro, dirimirmos algumas dúvidas que haviam surgido já durante esse período. Segundo, entendemos o porquê do Paraná, um estado que tem uma grande quantidade de usinas hidrelétricas, tem uma grande quantidade de áreas alagadas, o senhor que é de Foz do Iguaçu, Deputado Dobrandino, sabe o impacto que teve Foz do Iguaçu e toda aquela região, e a forma como foi feita a Itaipu, que se fosse hoje não seria realizado daquela maneira, com um impacto imenso sobre dezenas, milhares de pessoas. Além disso, tivemos há alguns anos, cerca de 10, 15 anos, debate vem sendo feito sobre a bacia Tibagi, e para surpresa nossa, Deputado Rossoni, no dia de hoje quando fizemos a Audiência Pública, surgiram alguns questionamentos que nos deixaram bastante apreensivos.

E eu quero repetir aqui o que eu falei, o que eu ouvi do Deputado Cheida que se manifestou contrário à instalação da usina: disse que já quando era Secretário do Meio Ambiente já havia colocado ao Governador Roberto Requião que era contrário à construção da usina. Outros Deputados também já se manifestaram, mas especificamente, o que ouvimos no dia de hoje e que nos preocupou muito, foram algumas colocações feitas, primeiro pela COPEL, estava aqui o Sr. Sérgio Lamy e também o Sr. Gilmar que é um técnico da COPEL, respondendo algumas indagações feitas, disse que há uma orientação para que todos os atingidos sejam indenizados, uma orientação, mas não há nada ainda colocado no papel. E isso nos preocupa profundamente, porque a partir do momento em que essas pessoas forem atingidas não há o que se fazer: ou elas estão já previamente com a sua situação resolvida, ou acontecerá o que aconteceu em Itaipu.

Segundo, as pessoas que estão sendo atingidas têm reiteradas vezes dito que não interessa a elas sair da região e ter outras terras; ao contrário, elas querem é permanecer no local onde sempre estiveram, permanecer no local onde as suas famílias historicamente estiveram. As comunidades indígenas têm a mesma opinião, e não pretendem fazer nenhum tipo de negociação em troca de recursos financeiros para saírem dali. E aqui faço um parêntese e um questionamento: recentemente tivemos um debate, há 2 anos atrás, 1 ano atrás, Deputado Péricles, quando participei da CPI da Terra, e se dizia muito que algumas terras no Paraná não podem ser desocupadas para reforma agrária, porque são áreas produtivas. E eu fico me perguntando: A Usina de Mauá não vai atingir centenas de quilômetros de terras produtivas? Como é que para fazer usinas

pode desapropriar terra produtiva e no sentido contrário não pode? Mas é só um parêntese que acho que não tem uma resposta objetiva.

O que me chamou a atenção é que hoje foi dito que hoje vence o licenciamento que foi feito para o consórcio. Se não for renovado, todos os procedimentos feitos até agora serão nulos, e teremos que iniciar do zero toda a discussão.

O Dr. Akira, que é Procurador do Ministério Público Federal de Londrina, esteve aqui conosco hoje de manhã, perguntou como foi feito o licenciamento, sem a resposta pelo IAP, de 70 condicionamentos que fizeram a respeito de uma série de procedimentos, que no entendimento do Ministério Público são irregulares, e que até agora não tiveram resposta. Na opinião dele é um absurdo ter sido feito esse licenciamento. O licenciamento foi feito muito mais por uma questão política do que técnica.

Esse entendimento também tem o Sr. Vitor Hugo, que é hoje o Diretor do IAP. Ele diz: “Temos áreas prioritárias e não temos política de preservação. Não conhecíamos a mina. E nem os 10 hectares de carvão depositados. O EIA-RIMA é um lixo. Há 70 condicionamentos, mais a mina que vai comprometer toda a água de Londrina e região. O IAP não para EIA-RIMA. Quem escolhe e quem contrata é a empresa que fará o empreendimento, no caso a empresa Cruzeiro do Sul. O Ministério Público deve entrar com uma ação judicial contra a competência do IAP. O IBAMA também já se manifestou não ser sua competência fazer essa licença.”

Se o IBAMA diz que não é de sua competência, se o IAP também diz, como é que sai essa licença? Como temos essa licença com todos esses problemas que estou citando aqui?

Ainda diz o seguinte o Dr. Akira: “O IAP recomendou a complementação com 69 novos itens desrespeitados pelo Presidente anterior do IAP, Sr. Rasca Rodrigues, que está respondendo ação de improbidade administrativa, por ter concedido o licenciamento.” Estou lendo aqui o que foi dito textualmente na Audiência Pública. Posteriormente queremos convidar o ex-Presidente do IAP para vir até a Frente Parlamentar e esclarecermos isso.

A incapacidade do Judiciário, segundo o Dr. Akira, que decidiu um ação civil-pública de 200 laudas, numa madrugada, decidido por assessores consultando o Presidente do TRF, e que este inclusive foi o que deu a liminar para que pudesse ser feito o licenciamento.

A licença prévia não poderia ter sido dada, porque diz o estudo que é inviável e 70 itens precisam ser corrigidos.

Vejam os senhores, temos em Londrina e região cerca de 1 milhão e 100 mil pessoas. Essa usina está prevista o seu reservatório em 2011. Já há diversos questionamentos, da Deputada Rosane, no ano passado o Deputado Barbosa Neto também fez, o Deputado Cheida também.

Essa usina está sendo construída com 711 milhões do PAC, recursos liberados pelo BNDES.

O que nos chama a atenção é que não podemos, em hipótese alguma, passar por cima da situação social e econômica do problema que será causado na vida de milhares de pessoas, sob único objetivo de termos energia produzida no Paraná.

Essa energia é exportada - Deputado Dobrandino sabe bem como é esse processo - essa energia é exportada, ela não fica no Paraná e seu ICMS não é cobrado no Paraná, é cobrado na ponta do consumo, não na origem, o que é diferente de outros produtos. Ele é produzido aqui, mas quem ganha é o estado de São Paulo, ou o estado do Rio de Janeiro, ou outros estados do sudeste que, porventura, recebam essa energia.

Então, senhores, nos preocupa, porque estamos vendo que o Paraná, novamente, vai entrar com o território, novamente vai ser penalizado, como já foi com diversas usinas, e vai ficar com um passivo ambiental, com um passivo social que irá ser, durante muitos anos, uma mancha na história do nosso estado.

Quero cumprimentar todos os Deputados que participaram ou que, de alguma forma, se envolveram nessa audiência pública. Alguns Deputados não puderam estar, mas justificaram, como foi o caso do Deputado Pedro Ivo e outros Deputados que tiveram outras atividades, hoje pela manhã. Sei que outros Deputados - e falei isso na audiência - estavam envolvidos em outras atividades também. Agora, qual é a conclusão que nós da Frente Parlamentar tiramos e resolvemos encaminhar? Primeiro, visitar o local, porque é necessário ir até o local para ver essas minas que estão lá.

Houve, hoje, uma denúncia de que haveria dentro das minas - por terem sido usados explosivos durante décadas - uma grande quantidade de gases que são altamente tóxicos. A partir do momento que essas minas estiverem inundadas, vai liberar esse gás tóxico e isso possibilitará a contaminação de toda a água fornecida a Londrina e região. Já há estudos de que esse carvão liberado, libera também gases. Isso foi dito pelo próprio Presidente do IAP, hoje. Está contaminando o ar e está contaminando a água próxima ao Tibagi.

A partir da semana que vem, além desse convite ao Dr. Rasca Rodrigues para vir até a Frente Parlamentar, aqui, para que possamos obter dele algumas informações ou nós irmos até ele, porque é um convite, mas queremos, primeiro, cópia do estudo feito pela CNEC, empresa de engenharia que fez um estudo do impacto. Não é possível que essa empresa tenha feito um estudo de impacto ignorando, primeiro, as minas de carvão. Eu, particularmente, conheço muito pouco. Não sei se os demais Deputados conhecem o procedimento, mas penso, Deputado Pedro Ivo, que para fazer um estudo de impacto ambiental, no mínimo, a empresa deve ir até o local. Se foi até o local, se conversou com as pessoas que moram lá, é óbvio que ela deve ter tido conhecimento que havia no local 26

bocas, 26 saídas de minas de carvão. É impossível que ela tivesse ignorado esse tipo de coisa.

Há um outro detalhe que quero abordar com relação ao estudo feito pela CNEC, que estamos requisitando o seu contrato social, quanto foi pago para essa empresa pelo Consórcio Cruzeiro do Sul, porque ela ignorou os outros 70 itens que estavam sendo colocados como condicionantes. Essa mesma empresa de engenharia é a mesma que está fazendo mais 2 estudos de impacto ambiental, um aqui no Paraná e outro em Santa Catarina. Por que foi ignorada a questão indígena, uma vez que a FUNAI se manifestou, hoje, dizendo que também não foi consultada e que até agora não tem resposta para a questão indígena?

Nós pretendemos fazer uma visita ao local onde se pretende construir a usina, tanto as comunidades indígenas como as duas cidades afetadas e os ribeirinhos. Estamos solicitando cópia do EIA-RIMA, com todas as condicionantes que foram colocadas, e a pergunta do porquê que esse EIA-RIMA não contempla essas condicionantes. Faremos um convite formal para que no dia 24, que é a 2ª Audiência Pública que estaremos realizando, esteja presente o Ministério de Minas e Energia ou um representante; o IBAMA e, também o BNDES que está liberando R\$ 711 milhões para essa usina.

Já entrei em contato com o Presidente da COPEL, Dr. Rubens, que foi extremamente gentil em nos receber. Queremos saber qual é a posição da COPEL, porque a mesma, hoje, tem uma situação que eu diria bastante delicada, já que ela, como qualquer outro consórcio, adquiriu o direito de explorar a usina. Quem constrói a usina, obviamente, é a empreiteira. A COPEL vai gerenciar essa usina. Se não houver condições, por questões ambientais ou outras questões de essa usina ser construída e entregue, a COPEL tem a obrigação, a partir de 2011, de entregar esses 360 megawatts. Foi isso que entendi, hoje dito pelos Diretores da COPEL. Agora, se a COPEL tiver prejuízo, queremos saber quem vai responder por esse prejuízo gerado por informações feitas de forma equivocada.

Aliás, o Dr. Akira hoje colocou uma situação que me deixou mais surpreso ainda! Que a empresa de engenharia responsável pelo licenciamento, para fazer o estudo de impacto ambiental que geraria o licenciamento e que agora só falta a autorização para o licenciamento de instalação, teria omitido - isso é extremamente grave - do relatório final - e tanto a Deputada Rosane, o Deputado Péricles, o Deputado Cheida, ouviram isso - a empresa que entregou esse estudo, omitiu propositadamente os dados que levariam a recusa por parte do órgão licenciador, de autorizar esse licenciamento. Isso é crime! Se de fato isso for comprovado, é extremamente grave! Está se cometendo um crime que levará a COPEL a ter um prejuízo imenso, porque não tenho dúvida que esta Assembleia irá se posicionar contrária a construção dessa usina, se for dessa forma. Um crime premeditado e que os responsáveis por essa empresa têm que ser punidos.

Por isso que falo: se de fato comprovarmos, a Assembléia Legislativa terá que tomar todas as medidas necessárias para que, primeiro, a COPEL não tenha prejuízo, e segundo, aqueles que estão gerando todo esse problema para as pessoas que estão aqui, na sua maioria ribeirinhos, comunidades indígenas, estudantes, professores da UEL, que estão acompanhando aqui, que sabem o impacto que vai ter, estão sendo prejudicados por um estudo feito de forma fraudada.

Então, Srs. Deputados, esse é o primeiro passo que aqui na Assembléia estamos dando. Mas, parece que estamos diante de uma situação extremamente grave. Não sei se amanhã teremos prorrogação do licenciamento. Se não tivermos, como falei no início, todo o trabalho feito nesses anos todos será jogado por água abaixo, literalmente, porque não poderá ser levado a efeito.

Agora, qualquer que seja a decisão, é preciso que tenhamos a clareza, se não resolvermos agora, poderemos ter daqui a 4 ou 5 anos, toda a água de Londrina contaminada. Mais ainda, Deputado Jocelito Canto, poderemos estar, daqui a 1 ano, fazendo uma CPI da COPEL para analisarmos o porquê da construção da usina da forma como está sendo proposta, sem responder aos principais questionamentos.

Concedo aparte ao Deputado Belinati e na sequência aos demais Deputados.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Tadeu Veneri, primeiro, parabéns a V. Exa. que mostra ser um dos Deputados mais brilhantes e dedicados no cumprimento do seu mandato parlamentar.

Parabenizar V. Exa. e todos os componentes desta Frente Parlamentar pela preocupação com essa Usina de Mauá.

Quero também, como Parlamentar eleito pela região de Londrina, hipotecar total solidariedade. Reafirmar aqui a nossa preocupação. Extremamente preocupados com a saúde dessa população, como disse V. Exa., que pode chegar a 1 milhão e 300 mil habitantes. Ainda que fosse uma única vida, teria que ser respeitada. E muito mais grave ainda quando se trata de uma população desse montante, como V. Exa. colocou.

Além da preocupação com essa mina de carvão que pode abalar com a saúde do povo, com a construção da Usina de Mauá, tive a alegria de receber em meu gabinete o Jurandir Rosa e uma caravana, inclusive com o empresário Fernando Luiz, eles têm uma ONG que veio participar, nobre Deputado, dessa Audiência Pública convocada por V. Exa. A ONG MOPNIB, também está preocupada com outro problema grave muito perto de Londrina, que é a recicladora de chumbo e também a fábrica de baterias que se pretende instalar no município de Mauá da Serra.

Quero parabenizar a todos os componentes da ONG MOPNIB, ao Jurandir Rosa, à sua diretoria, por

essa preocupação. E a certeza ao Jurandir Rosa e a esse pessoal que veio do interior para essa Audiência Pública, nobre Deputado Tadeu Veneri, que eles louvam e também agradecem a V. Exa. que, inegavelmente, é essa grande bandeira que tanto tem batalhado pela ecologia e pela preservação do meio ambiente para garantir uma vida saudável ao nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Belinati.

Quero registrar que também estão conosco, na tarde de hoje, acompanhando esta Sessão, as Comunidades Indígenas de Mococa, Apucarantina, Lajeado Bonito, Salto dos Alemães, e que são, direta ou indiretamente, todos atingidos. Também quero deixar registrado, Deputado Belinati, que, assim como o senhor colocou, estão aqui também representantes de Telêmaco Borba, já nominados aqui, de Ortigueira, de Londrina, da região de Ponta Grossa. E também queria lembrar que hoje nos foi entregue um abaixo-assinado com 12 mil assinaturas coletadas naquela região. Doze mil assinaturas que se posicionam frontalmente contrárias à forma como está sendo conduzida a instalação de usina.

Não tenho tempo para explicar aqui, até porque tenho que ler todos os textos para conhecer melhor, mas quero fazer, Deputado Belinati, na sequência, um debate com todos os Deputados, o Deputado Péricles acompanhou e lembra que foi dito que o rio Tibagi, naquela área, é uma área de preservação permanente. Como é que o Governo Federal e o Governo Estadual pretendem colocar uma usina dentro de uma área de preservação permanente? Seria como se nós pegássemos o Parque Iguaçu e resolvêssemos colocar uma usina dentro dele. É óbvio que isso não se sustenta.

Eu lembro que estive com o Governador Roberto Requião, em 2003, logo no início do mandato, quando veio para cá a atual Presidente, ainda a atual presidente da Caixa de Previdência Social do Banco do Brasil, que foi fazer uma visita a ele. E ele se colocou em algumas situações: “sou verde”. Eu lembro muito disso, porque era um final de tarde, até acho que o Elton estava lá também, e o Governador Roberto Requião falou: “eu sou verde. Eu sou absolutamente a favor da defesa do meio ambiente e da ecologia”.

Então, eu vou tomar a liberdade, em nome da frente, Deputada Rosane, de levar essas 12 mil assinaturas também para o Governador Roberto Requião. Tenho certeza que vamos buscar sensibilizá-lo, porque não é possível que o Governo do Estado seja pressionado a construir no estado do Paraná mais usinas hidrelétricas que, se por um lado, dizem que vai abastecer uma cidade, podem abastecer uma cidade de 1 milhão e 100 mil habitantes; por outro lado, sabemos que essa energia não fica no Paraná.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado, e lembrar que o rio Tibagi é o rio que fornece água para o consumo da população de Londrina.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sim. De toda a Londrina e região.

Essa energia não ficará no Paraná, Srs. Deputados. Então, hoje eu fiquei muito feliz quando ouvi algumas pessoas fazerem intervenção no sentido de se sentirem representadas pela Assembléia Legislativa, por todos os Deputados da Assembléia Legislativa. Acho que isso para nós é extremamente importante, porque a Assembléia cumpre o seu papel quando dá voz, espaço e procura encaminhar questões que são, sem dúvida nenhuma, lutas históricas das comunidades paranaenses.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado, primeiramente gostaria de parabenizar a sua atuação, a sua coragem e a sua personalidade. O senhor está fazendo um discurso muito importante, manifestando a sua opinião, que é contrária a opinião do Governo do Estado e também é contrária a opinião do Governo Federal. Essa verba foi liberada, cerca de quase 1 bilhão, 780 e alguns milhões, quase R\$ 1 bilhão já está previsto no PAC nacional e ontem mesmo, durante a “escolinha” de Governo, o Governador falou de boca cheia dessa obra no estado do Paraná e também considera esta etapa da discussão já superada, Deputado Tadeu, feliz ou infelizmente.

Pois bem, só gostaria de deixar registrado realmente que V. Exa., tem personalidade, está defendendo a sua causa com muita propriedade. Está de parabéns, Deputado Tadeu Veneri.

Agora, também gostaria de deixar registrado que muitas autoridades aqui de Ortigueira que estão presentes na Assembléia Legislativa nesta tarde receberam, talvez um erro de comunicação aconteceu, receberam a informação de que a Audiência Pública estaria acontecendo às 14h30 e infelizmente a Audiência Pública já ocorreu e eles gostariam muito de se manifestar, mas terão outras oportunidades. O fato é que a questão do canteiro de obras, onde será estabelecido - será em Telêmaco ou Ortigueira - os trabalhadores de onde virão, também estão em pauta nessa discussão dessa próxima Audiência Pública.

Então, Deputado Tadeu Veneri, mais uma vez lhe congratulo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mais uma vez, reitero que o objetivo que temos é fazer com que todas as questões que foram levantadas possam ser esclarecidas e obviamente entendo que é papel do Governo Federal, é papel do Governo Estadual fazer a defesa dos seus pontos de vista e é papel da Assembléia Legislativa fiscalizar o estado, fiscalizar o Governo Federal.

Nós fazemos parte da base aliada do Governo, mas entendemos que isto não significa que não devemos questionar aquilo que no nosso entendimento está incorreto. E a construção da Usina de Mauá, da forma como está sendo pretendida, é absolutamente incorreta, inviável e vamos conseguir provar isto e obviamente que vamos buscar fazer com que ela não se realize, para não prejudicar só Londrina e região, mas o estado do Paraná e as gerações futuras.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças. PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos visitantes aqui presentes.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Tadeu Veneri, que está nesta luta pelo rio Tibagi. É importante lutarmos pelo rio Tibagi, que é um rio que nasce na nossa região dos campos gerais, que termina lá no Mato Grosso e que automaticamente passa por muitas cidades, desde aqui a região dos campos gerais até a região norte do Paraná e precisamos brigar pelos nossos rios, porque os nossos rios estão acabando.

Então, quero me associar aqui ao Deputado, aos demais Deputados, contem com o meu apoio nesta luta, porque antes de fazer alguma coisa em algumas cidades ou antes de se fazer alguma coisa precisa-se primeiro conversar com a comunidade, ouvir a população que mora às margens dos rios, as comunidades que vivem ao lado das cidades e as pessoas que vivem nessas localidades. É preciso discutir a importância dessas usinas que estão sendo colocadas nos principais rios do estado do Paraná.

Por isso, Deputado Tadeu, tem o nosso apoio e tem a nossa luta quando for necessário.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria mais uma vez cobrar aqui, hoje, Sr. Presidente, alguns pedidos de informação que ainda não recebi e que alguém está brincando com a Assembléia e está brincando com este Deputado. Nos próximos dias, se não recebermos os pedidos de informações - tem alguém que acha que manda no Paraná mais do que o povo e quando o povo manda algum Deputado para cá é para representar o povo - nos próximos dias vamos ter que entrar na Justiça para cobrar alguns pedidos de informação que algumas pessoas acham que são super poderosas e não precisam responder. Volto a pedir aqui que as pessoas que têm pedidos de informações, Secretários e instituições, e não responderam, que respondam, porque estão come-

tendo um crime de responsabilidade de não responder. Têm alguns aí que estão dando uma de espertos, respondendo as coisas pela metade, e só para avisar os menos avisados que quem responde de forma irregular também é criminoso.

Queria aproveitar também, Sr. Presidente, para cobrar, mais uma vez, eu ando com uma vontade de ver os funcionários desta Casa receberem a URV. Ando com uma vontade de ver os policiais militares, ando com uma vontade de ver os nossos enfermeiros do estado, todos os funcionários do estado terem o mesmo direito que têm os demais funcionários de outras instituições. Não é justo que o Tribunal de Contas tenha recebido, já recebeu, parcelado, mas recebeu! Não é justo que outras instituições já tenham pago a URV, lá atrás, diferenças, enquanto isso vemos aqui que os funcionários desta Casa ainda têm para receber! A Assembléia pagou, tive uma informação, pagou alguma coisa, mas resta ainda uma boa parte, deve parcelar se não tiver condições.

Não acho justo, Sr. Presidente, não acho justo que o Governo do Estado, que diz que tem dinheiro sobrando, que alega que não está quebrado, segundo o Governo, o Governo não está quebrado, tem dinheiro, então que a Carta de Puebla seja cumprida neste estado! Que se pague ao professor, eu até queria pedir para a APP que me passasse uma relação de quanto isso representa para nós cobrarmos, qual é o valor que devem receber os funcionários mais simples, o policial, a professora, as universidades. São funcionários que não receberam aquela diferença da URV, isso já tem muitos e muitos anos! Enquanto isso, vemos funcionários devendo nos bancos, funcionários fazendo sacrifício, chega no fim do mês não têm nada para receber porque eles não receberam a diferença da URV! Mas, enquanto isso, Sr. Presidente, os funcionários do Tribunal de Contas receberam, a informação oficial é que o Tribunal de Contas já pagou os seus funcionários e é justo que tenham recebido! Eu não sou contra que eles tenham recebido, eu sou a favor de quem tiver este direito receba, agora, não acho justo, e vou cobrar diariamente aqui, que os funcionários de um Poder recebam e do outro não recebam! O Tribunal de Justiça: já pagou ou não pagou? Tribunal de Contas já pagou, essa informação já tenho! Ministério Público, pela informação que eu tenho também já pagou. Agora falta quem receber? Falta o pobrezinho da Carta de Puebla, aquele que o Governador batia no peito e nós batíamos junto, porque nós ajudamos a eleger o Governador, nós dizíamos: “Não, vota no Requião, o Requião é dos pobres, Requião não é da elite, o Requião não é dos ricos.” Eu dizia. Nós brigávamos com as pessoas, dizendo: “Não, o Requião é dos pobrezinhos. Nosso Governador é nosso, é por nós, é da Carta de Puebla, preferencialmente pelos pobres”. E quem são os pobres desse Governo? Os pobres trabalhadores, o pessoal da saúde, o pessoal que sofre todo dia, o policial militar. Esses são os pobrezinhos, os funcionários do estado e aqui na Casa os nossos funcionários.

Mas ainda, Sr. Presidente, acredito muito no Presidente desta Casa, porque além de ser Justus no sobrenome, me parece que é justo na sua vida. E ele disse a mim aqui que vai mandar levantar quanto que representa o que a Assembléia tem para pagar para os nossos funcionários. Acho justo que nós que fazemos leis, que cobramos a lei, que também façamos a lei funcionar aqui nesta Casa, respeitando os nossos funcionários que estão quebrados, devendo nos bancos. Eles tem direito de receber.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido)

Primeiramente, cumprimento V. Exa. pela exposição de motivos que o levou até a tribuna. Gostaria de também fortalecer um pouco o seu comentário, a sua preocupação com os funcionários públicos, visto que lamentavelmente muitos Prefeitos do Paraná estão se espelhando precisamente na forma como S. Exa., o Governador, vem governando a respeito dos funcionários públicos, visto que no município de Fazenda Rio Grande, amanhã, Deputado Jocelito Canto, estará iniciando uma grave, aproximadamente 900 pessoas entre professores e outros segmentos da educação, porque lá também, a exemplo do Governo, a Carta de Puebla não chegou, ficou apenas no México, porque o Prefeito de Fazenda Rio Grande está se espelhando, única e exclusivamente, em viajar para o exterior em primeiríssima classe com a sua respectiva primeira dama. Dessa forma que o exemplo sempre sai da maior autoridade do estado.

E nós nos associamos ao seu pronunciamento para que o Governo conceda esse aumento ao funcionalismo público, não discriminando classe. Visto que lá na Fazenda Rio Grande houve uma discriminação, os cargos em comissão ganham mais de R\$ 5 mil e alguns setores, está lá o ex-Deputado Tércio Albuquerque ganhando mais de R\$ 5 mil, enquanto isso aqueles pobres que deveriam ser contemplados pela Carta de Puebla, não têm aumento nenhum.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou todos os dias cobrar, aqui, do Governador que ajudei a eleger, que eu batia no peito e falava: não, o Requião é nosso, do povo pobre, mais simples. Espero que ele pague os nossos funcionários do estado. Já vou começar a confeccionar nos próximos dias uma bandeira, vou trazer uma bandeira, a metade da bandeira vai ser o Requião e a outra metade vai ser para pagar a URV dos funcionários mais pobres deste estado. Vou começar a fazer essa bandeira, acho que em uma semana eu faço, e vou pendurar todo dia para falar. Pode ser que com a bandeirinha alguém ouça. Porque não vejo ninguém falar disso, a imprensa, ninguém fala, parece que alguém quer proteger alguém. Mas volto a dizer: a Carta de Puebla deve ser para os mais simples. Por isso, peço ao Governador que eu votei e que pedi voto que vamos defender o nosso povo da Carta de Puebla.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados.

São 2 assuntos que eu gostaria de conversar com vocês nesta oportunidade. Primeiro, sobre um requerimento que fizemos e aprovamos aqui nesta Casa, foi feito em 18 de junho. Quando foi 20 de junho, o 1º Secretário Alexandre Curi enviou para a Secretaria da Comunicação. Estamos em agosto e não tenho ainda as respostas deste requerimento. É um requerimento aparentemente simples, apenas solicitando algumas informações com relação à TV Educativa. Foi aprovado aqui nesta Casa e quando o Deputado Alexandre Curi enviou uma carta para o Exmo. Sr. Airton Pissetti, ele disse na sua carta o seguinte: “Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. nos termos do requerimento em anexo, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, aprovado em Sessão Plenária de 18 do mês em curso, solicitar se digne prestar a esta Assembléia Legislativa as informações requeridas, baseando-se na Constituição do Estado do Paraná, em seu parágrafo único, artigo 55, que importará em crime de responsabilidade do Secretário a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas”. Isso está no Ofício nº 1181/07 que o Deputado Alexandre Curi enviou ao Exmo. Sr. Airton Pissetti.

Ainda não chegaram essas informações para este Deputado. Já foram mais de 40 dias e não chegaram as informações. Como disse o Deputado Jocelito Canto, as informações que solicitamos não estão sendo prestadas pelo Secretário do Governo Roberto Requião.

O 2º assunto, não menos importante, é sobre a Lei do Turismo Religioso, que estamos apresentando nesta Casa, para pedir o apoio dos demais Deputados. Este mês está acontecendo em Campo Mourão, o 2º Congresso Internacional de Turismo Religioso. No ano passado houve o 1º, um sucesso. Neste ano está sendo ainda melhor e estamos apresentando a Lei do Turismo Religioso e é importante salientar, o turismo religioso está presente no país inteiro, considerado pelos especialistas como a segunda maior forma de turismo no país, depois do turismo de negócios, e que vem ajudando na geração de renda, emprego, enfim, de divisas para muitos municípios do Brasil e em especial, aqui no Paraná. O turismo religioso, diferente de todos os outros segmentos de mercado do turismo, tem como motivação fundamental, a fé, estando ligado profundamente ao calendário religiosos da localidade receptora do fluxo turístico. Esta tipologia de turismo está ligada à história da atividade da prática da fé, sendo o segmento que mais contribui, e contribui em números, em períodos que a atividade turística em geral torna-se inviável por qualquer motivo.

O turismo religioso já é uma realidade nas localidades que oferecem qualquer atrativo de cunho sagrado, sejam eles, monumentos, festas religiosas, construções ou lugares sagrados. Isso tem muito na nossa região.

Eu pesquisei e no Paraná tem muito, inclusive, têm leis designando pólos de turismo religioso. Nove leis que designam pólos, mas não tinha nenhuma que pudesse ajudar na regulamentação disso a nível estadual, e pensamos que desde o atual Governador e os próximos Governadores, ao momento em que forem elaborar o orçamento do estado, possam se preocupar com essa atividade que acaba sendo uma atividade econômica, que ajuda na geração de emprego de todas as comunidades e que se o Governo se preocupar, ajudando e colocando no orçamento do estado um percentual de recursos para que as cidades, as lideranças que se propõem a organizar esses tipos de eventos possam ser parceiros e tenham, sim, condições de oferecer mais qualidade na recepção dos turistas, com isso possa, Deputado Elio Rusch, ajudar na geração, no desenvolvimento do estado do Paraná.

Considerando-se que cada emprego direto na indústria do turismo cria empregos indiretos, e percebe-se que é um meio exequível de absorção de mão-de-obra, visto que o turismo tem uma relação ampla com a economia, compreendendo a maioria dos setores econômicos diretos ou indiretamente e, assim, permite a criação de emprego, a geração de renda em todos os segmentos através do seu efeito multiplicador.

Esta novidade promete ser bem aceita por todos os agentes de viagem, por representar um aditivo significativo nas opções de viagens e por prometer aumento no movimento do turismo interno.

Todo roteiro feito na linha da fé é algo facilmente vendável. Toma-se como exemplo os pacotes para Santiago de Compostela, no norte da Espanha, para o mês de julho, que costumam estar lotados. Assim como para nossa Senhora de Fátima, em Fátima, no mês de maio. E tantos outros exemplos nacionais como a romaria de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte ou na grande festa do dia 12 de outubro em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo.

Além, é claro, estou colocando o turismo religioso independente da religião, se é católica, se é protestante, enfim, é focado no turismo religioso para que o Paraná possa dar um exemplo no país ajudando, criando aí uma Comissão Gestora, que está prevista nesta lei, especificamente para esse fim, para ajudar no desenvolvimento deste projeto. Além de instituir um calendário oficial no estado do Paraná, que hoje está acontecendo de uma forma dispersa, sem ter uma forma organizada, que seria esse calendário oficial.

Este projeto de lei - gostaríamos de pedir aqui o apoio dos demais Deputados - vai tramitar aqui, nesta Casa e, tenho certeza que, os demais Deputados irão nos ajudar para que seja aprovado, para quando chegar nas mãos do Governador, ele também tenha a sensibilidade da aprovação, para que possa ser uma lei que vai aju-

dar no desenvolvimento do Paraná, beneficiando com isso muitas pessoas, que é o papel nosso aqui enquanto Deputado. Apresentar projetos de lei que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e, também, fazer a fiscalização do orçamento público estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado V. Exa., Deputado Douglas.

Passamos ao horário do Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes e imprensa.

Ocupo novamente esta tribuna, desta vez para fazer um registro de uma denúncia feita por 3 pessoas diferentes, com relação ao maus tratos dos presos da delegacia de Araucária.

Existe um ditado popular que diz: “Onde há fumaça, há fogo”. Razão pela qual chamou-me bastante a atenção. Sr. Presidente Zucchi, porque 3 pessoas diferentes, distintas, familiares dos internos da delegacia de Araucária, procuraram este Parlamentar que voz fala para relatar a situação caótica da delegacia da cidade de Araucária.

Inclusive, recentemente, estava conversando com a Deputada Rosane, que tem estado atenta a esta situação, inclusive junto com o Presidente da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, fizeram uma Audiência Pública na cidade de Araucária.

Em suma, as 3 pessoas, os 3 familiares registram a mesma situação, relatam a mesma situação da delegacia.

Inicialmente, essas pessoas afirmam ter familiares, filhos, maridos detidos na delegacia de Araucária, que tem, pasmem senhores, capacidade para 16 internos, não sei se é por cela, não sei se é na sua totalidade, e que hoje ocupa nada menos que 70 presos, detidas ali sem a mínima condição de vida, a ponto de serem obrigados a fazer revezamento para dormirem, como são obrigados a fazer uma espécie de rodízio para repartir a alimentação que chega inferior ao número de pessoas ali presas. São 40 refeições entregues, duas vezes ao dia, muitas vezes chegam azedas e quando não 40 para serem repartidas com 70 internos. Isso de segunda a sexta-feira. Sábado não é fornecida a refeição, domingo também não é fornecida a refeição. Para não sermos injustos, geralmente à noite no domingo é servida essa refeição quando geralmente vem já passada, azeda, para que 40 marmitas sejam disputadas nas mais diversas condições com 70 internos.

Trago à baila esse assunto, não levando em conta os delitos, os crimes, ou a razão pelas quais essas pessoas

estão ali detidas, que a nossa posição não é de julgar se estão merecendo estar ou não.

Mas penso e embora eu não seja especialista em segurança, em sistema prisional, penso que o cidadão que já foi tolhido do seu direito de liberdade, hoje confinado em uma cela, repartindo cada centímetro quadrado da mesma, numa vida subumana, como que um animal encarcerado, nessas situações, esse sistema, essa condição que já não favorece em absolutamente nada o ser humano para que o mesmo seja reintegrado à sociedade. A pessoa que ali está acaba, pelo ambiente, sendo moldada a tornar-se mais revoltada com a sociedade. O cidadão que está ali sai pensando mil e uma coisas nocivas à sociedade, porque está revoltado. Dentro de si é alimentado um desejo de vingar-se da sociedade, do seu semelhante, ainda que a primeira pessoa que ele encontre na rua nada tenha a ver com o caso.

Essa condição, ao invés de melhorar o comportamento ou as atitudes do indivíduo, tende a alimentar o seu lado negativo, o seu lado negro, o lado ruim, e fazendo com que haja, literalmente, às mãos da sociedade um dos responsáveis pela delegacia, um verdadeiro barril de pólvora, prestes a explodir a qualquer momento.

E o que mais me chamou a atenção, Srs. Deputados, é que todos estes familiares que nos procuram foram bem claros em afirmar que a razão pela qual a comida não chega em quantidade, se dá por uma decisão do Delegado responsável pela delegacia de Araucária, como uma forma punitiva aos internos. Ou seja, posso estar equivocado, ao invés de ter o grupo de encarcerados sob o seu domínio, ele está ativando nessas pessoas o instinto de rebelião, de revolta, de um querer matar o outro. Está piorando a situação.

Então, por esta razão, também registro que também foi dito por um dos familiares, que uma das atitudes adotadas por este responsável por esta delegacia, que também os presos foram privados do direito das visitas quinzenais. Também uma medida radical, arbitrária, no meu modo de ver, para dizer assim: “Olha, esta é a punição que eu encontrei para vocês se comportarem”. Foi a denúncia dessas pessoas, desses familiares, que pediram pelo amor de Deus que eu não citasse o nome das mesmas, por medo de represália e com medo de que seus familiares fossem punidos em função desta denúncia.

Então, em face desta situação, antes que suscite uma tragédia e lamentavelmente o Brasil não fogue à regra de que as autoridades só tomam providências depois que a desgraça acontece - já dizia meu falecido pai: “Não adianta fechar a porta depois que o ladrão entra”, então, para não se tomar providências depois que houver uma rebelião, fuga de presos ou assassinatos entre eles, fica aqui não apenas o registro, Srs. Deputados, mas também deste Parlamentar a atitude de encaminhar ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, presidida pelo nosso amigo Deputado Chico Bührer, para que ele, junto com os demais membros da Comissão de Direitos Humanos possa, *in loco*, estar ali na delegacia de Araucária.

ria e ver com seus próprios olhos, testificar o que de fato está acontecendo naquela delegacia.

Venho me somar às reclamações e às indignações da sociedade, de uma modo geral, no estado, a situação crítica carcerária que estamos vivendo. E também me solidarizo às reclamações do Valdir Rossoni e de outros membros da Oposição, quando fazem menção de que o Governo do Estado peca por não ter políticas de segurança adequadas. Quem sabe somando-me, possa este Parlamentar ter sua reivindicação e o registro desta denúncia efetivamente desencadeado uma ação que funcione para que pelo menos providências sejam tomadas, não apenas com respeito à delegacia de Araucária, mas às muitas delegacias do nosso estado, que não devem fugir à regra aqui descrita.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado ao Partido dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ontem usava esta tribuna e fazia algumas considerações em relação aos 2 atletas cubanos que foram deportados do Brasil para o seu país de origem. Disse isso ontem e jamais imaginava que no mesmo tempo em que nos manifestávamos daqui da tribuna, que o mesmo assunto estava sendo tratado no Senado da República por diversos Senadores. O nosso partido, Democratas, largou uma nota oficial que foi lida ontem e inclusive complementada pelo nosso Senador do Piauí, o Heráclito Fortes, ele leu ontem na tribuna do Senado a nota oficial do Partido dos Democratas em repúdio à maneira como o Governo Federal tratou o caso dos 2 atletas cubanos que desertaram da delegação de seu país durante os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro.

Pois bem, não foram só os Senadores e o Partido dos Democratas que repudiaram essa atitude ou essa ação do Governo Federal em relação aos atletas cubanos, mas disse também o Líder da Oposição no Senado, o Senador Arthur Virgílio, afirmou que é revoltante que o Governo tenha usado a Polícia para prender e deportar atletas que buscavam a sua liberdade e assim por diante. Dizíamos ontem, também, que o Governo cubano havia prometido para o Governo brasileiro que se os atletas retornassem, para o seu país, eles seriam respeitados e não receberiam nenhuma represália. E o que aconteceu?

Eles retornaram ao seu país e, salvo eu esteja errado agora ou se tenha acontecido um fato novo hoje, eles foram recolhidos em uma casa de custódia, o que não deixa de ser uma prisão domiciliar. É lamentável, Srs. Deputados, que cheguemos a esse ponto! Inclusive disse ontem que o Governo Federal, Luiz Inácio Lula da

Silva, tem sempre usado uma frase, e eu disse ontem a seguinte frase: que nunca na história deste país se viu um Presidente que não viu nada e que não sabe de nada. Mas, hoje se vê na história do Brasil um Presidente que não viu nada e que não sabe de nada. Essa frase se aplica ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Aliás, não quero fazer uma ligação e nem comparar o Fidel Castro com o Governo nazista da Alemanha, mas o Brasil já teve que manchar a história da sua diplomacia, Srs. Deputados, com o episódio que aconteceu nos idos de mil, novecentos e não sei quanto, quando o Brasil fez a deportação da Olga Benário, que era mulher do Líder Comunista Luiz Carlos Prestes, preso pelo terrível DIP, instituição encarregada de prender os que se manifestavam contra o regime ditatorial da época, porém com uma pequena diferença: a Olga, que naquela época foi deportada do Brasil, estava grávida, foi entregue ao regime nazista, sendo encaminhada à Alemanha para ser torturada e depois morta num navio cargueiro. O que não aconteceu com os atletas cubanos, eles foram deportados num avião de carreira de 1º classe. Mas é lamentável que o Governo brasileiro tenha usado, como disseram muito bem os 2 Senadores, os 2 Líderes, Artur Virgílio do PSDB e Heráclito Fortes dos Democratas, que se manifestaram ontem no Senado da República dizendo que isso era revoltante para a sociedade brasileira e para os brasileiros terem visto, a forma como o Governo tratou esses 2 atletas.

Tenho comigo também, depois que eu me manifestei ontem, reportagens que foram feitas na Alemanha, de uma das empresas que iriam contratar exatamente os 2 boxeadores, que já estavam garantidas as suas contratações, mas infelizmente não conseguiram chegar à Alemanha para ter a sua liberdade de atuação.

Ora, deportar atletas, deportar estrangeiros com visto no Brasil, com validade ainda, acho que isso envolve as relações diplomáticas, sim. E isso é preocupante. Eu me preocupo profundamente com esse episódio que aconteceu esta semana com esses atletas cubanos. Inclusive, Deputado Douglas Fabrício, o Senado da República pede o acompanhamento desses 2 atletas no seu país de origem, o que é que vai acontecer com eles.

Agora, eu pergunto: o que é que vai acontecer com esse colombiano que foi preso ontem pela Polícia Federal, suspeito de ter matado 315 pessoas? Ele foi preso aqui no Brasil. É um dos criminosos mais procurados pelo mundo, com o seu patrimônio avaliado, conforme reportagem, de US\$ 1 bilhão e 800 milhões. Os Estados Unidos pedem a extradição. A quem cabe agora a permanência no Brasil, ou a extradição? Nos parece que pertence ao Supremo. Mas será que o Governo Federal, Deputado Stephanes Júnior, vai agir da mesma forma para extraditar agora um criminoso, um bandido, um traficante, procurado por inúmeros países? Ou será que ele vai receber as benesses às custas do povo brasileiro?

São essas coisas que nos revoltam, Srs. Deputados. É um criminoso, é um bandido! Parabéns à Polícia Fede-

ral que o prendeu, mas qual será a ação do Governo Federal em relação a esse criminoso? Sabemos que não podemos confundir Poder Executivo com Poder Judiciário. A quem cabe a extradição? Mas para ter uma idéia, o Governo americano ofereceu uma recompensa de US\$ 5 milhões para quem desse uma informação desse colombiano criminoso procurado pela Polícia.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Estranho o que tem ocorrido no Brasil nos últimos tempos.

Quero me somar ao seu discurso, mas o que foi mais estranho é que não permitiram dar entrevista antes de sair do Brasil. Assim veríamos se estavam saindo por livre e espontânea vontade, ou se estavam sendo conduzidos a força para Cuba.

Na manhã de hoje, acompanhei a surpresa do Ministro da Aeronáutica ao perceber que adentraram nas dependências da aeronáutica e estavam levando documentos.

Então, existem algumas coisas que, num estado democrático de direito, têm que ser preservadas.

Realmente, coisas estranhas estão ocorrendo no Brasil. E isso é motivo de preocupação para todos aqueles que prezam pela democracia.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Reni Pereira, imaginem o que esses atletas vão dizer lá, levando em conta o regime que vivem lá em Cuba. Elas vão dizer que voltaram por livre e espontânea vontade, sem pressão nenhuma!

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Quero parabenizar V. Exa. por esse tema. Ele envolve a questão da liberdade, e a liberdade, para todos nós, é sagrada. É o maior princípio constitucional.

Quero acreditar que o Governo brasileiro agiu na estrita obediência da nossa Constituição.

Na medida que os atletas cubanos haviam desertado e rescindiram aquele contrato que haviam feito com os alemães, resolveram retornar ao bom caminho que é retornar à sua pátria. Comunicaram isso ao Governo brasileiro. Não ficaram detidos em delegacia, ficaram num hotel. Livremente decidiram retornar a Cuba.

Quero parabenizar fundamentalmente V. Exa. por ter resgatado um pouco da história brasileira, resgatado a história de sofrimento do grande Líder Comunista Luiz Carlos Prestes. Por isso, tudo que envolve deportação de pessoas tem que merecer extrema cautela.

Concordo com V. Exa. Penso que seria necessário ter esperado mais alguns dias para termos certeza se aqueles atletas realmente desejavam retornar a Cuba.

Retornaram já a Cuba. Não irão sofrer nenhum tipo de sanção. O Presidente Fidel Castro expressou isso num artigo publicado na imprensa cubana. Eles retornaram a sua vida e, certamente servirão de exemplo para aqueles, tentados pelo vil metal, retornaram ao bom caminho da pátria socialista que acreditam.

Penso que a reflexão que V. Exa. faz é absolutamente correta.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, Cuba sempre foi um país de revelar grandes atletas. A revelação de grandes atletas, seja no vôlei, seja no basquete e, principalmente, boxeadores.

Eu estava escutando, ontem, Presidente Nelson Justus e Srs. Deputados, praticamente como uma piada, na rádio CBN Nacional, um dos seus âncoras da rádio, quando ele fez a seguinte colocação: "Cuba realmente é um país que tem grandes atletas, mas estranhamente não se vê Cuba receber medalhas de natação, de piscina." Ele disse que tem uma lógica clara, diz que os bons nadadores não estão em Cuba, estão em Miami.

Obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Irati, Vereador Marcelo Rodrigues; do Vice-Presidente, Vereador Ronaldão e do Vereador Alexandre Godoy.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Vereador Ronaldão, o Vereador mais votado em Irati. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Consulto à Liderança do PP se fará uso do seu tempo.

(Declina)

PT. Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente.

O IBGE mostra que a recuperação no setor agrícola faz a produção industrial paranaense crescer 7%. O melhor semestre em 10 anos. Esses são os dados passados, esta semana, pelo IBGE, de que o setor agrícola e industrial se recupera bem. Isso para nós é motivo de muita satisfação. Infelizmente, a crítica que se fazia muito forte ao setor agropecuário, no passado, era em função das estiagens que tivemos no estado. Bastou a chuva vir e já houve uma recuperação no setor.

Para nós isso é motivo de muita satisfação e, também, naturalmente, a oferta do recurso que o

Governo Federal tem ofertado, tanto para as operações via BNDES, na expansão das indústrias na área de frangos, suínos, as cooperativas principalmente e, também, a oferta de crédito para o setor agropecuário do Paraná. Então, isso mostra que a economia vai crescer, que o Paraná terá mais receitas, a indústria crescendo, mais empregos sendo gerados. Isso é muito gratificante. Isso mostra que o país e que o estado está no caminho certo.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto à Liderança do PSDB, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Todos declinam)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de entregar ao Deputado Edson Praczyk um requerimento que ele encaminhou, via Liderança do Governo, e que eu tenho a resposta que já veio no dia 26 de julho, num expediente do Secretário Cláudio Xavier, assinado também pelo Secretário Rafael Iatauro. Então, quero entregar ao Deputado Edson Praczyk a resposta a um pedido de informações que ele faz para a Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Semana passada, eu indaguei à Mesa da Assembleia, já que o Deputado Líder do Governo, Deputado Romanelli, estava ausente, mas já que ele entrega ao Deputado Edson Praczyk um pedido de informações, eu solicito a V. Exa. que eu tenha o prazer e o privilégio de receber, na próxima semana, um pedido de informações que aprovamos na Casa, no dia 05 de junho, e hoje é dia 08 de agosto. Fazem mais de 60 dias que esse pedido foi aprovado. Não foi um acordo, o requerimento foi aprovado aqui na Casa e até o presente momento não recebemos a resposta, que tem relação aos precatórios alimentícios que foram usados para pagamento de créditos tributários junto ao Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, penso que a Mesa da Assembleia, em relação aos pedidos de informação que são aprovados, tem que ser extremamente rigorosa, exigir por parte do Poder Executivo o cumprimento dos prazos. Quero dizer que me solidarizo com o Deputado Elio Rusch e

creio que é necessário, sim, que o Governo cumpra os prazos estabelecidos na Constituição Estadual.

Queria dizer, Sr. Presidente, ontem o Deputado Jocelito trouxe o tema da Federação das Indústrias, e hoje recebi aqui uma informação sobre a atual gestão da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que ela teria tido indeferidas ou desaprovadas todas as suas contas pelo Tribunal de Contas da União, referentes aos anos de 2003, 2004, 2005, 2006. É um tema que, de fato, poderá ser discutido. Na semana que vem vai ter as eleições e será hora, obviamente, de discutir esse tema.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só reforçar isso que o Deputado Romanelli está falando. Estou com um pedido de informação que aprovamos nesta Casa, no dia 18 de junho. Dia 20 de junho, a 1ª Secretaria, portanto o Deputado Alexandre Curi, encaminhou o documento para a Secretaria de Estado da Comunicação. Já estamos no mês de agosto e não chegou a resposta. E no próprio encaminhamento do Deputado Alexandre Curi, ele ressalta aqui no seu expediente que o não cumprimento importará em crime de responsabilidade do Secretário. A recusa ou não atendimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência responde à questão de ordem de V. Exa. Vou providenciar imediatamente. Vou pedir à Mesa que faça um levantamento de todos os requerimentos que ainda estão sem respostas, para que tomemos providências enérgicas a este respeito. Me comprometo de segunda-feira, na Sessão, trazer um relatório completo sobre esse tema.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, quero agradecer a gentileza de V. Exa. e não podia ser outra, da forma democrática como V. Exa. preside as Sessões e administra esta Casa.

Agora, não pelo fato de sermos Oposição. Não. O que queremos é que a legislação seja cumprida. O Deputado Douglas Fabrício foi muito feliz quando fez a leitura do texto, parte do ofício. Temos o Decreto nº 201 que enquadra os agentes públicos, os administradores que não cumprirem a legislação. E a Constituição está clara: pedidos de informação têm que ser expedidos no prazo de 30 dias. Agora, se na semana que vem não tivermos a resposta, com toda certeza vamos acionar a nossa assessoria jurídica para buscarmos o respaldo junto ao Poder Judiciário de que os administradores sejam enquadrados no Decreto nº 201.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Pior do que não cumprir os prazos, é fornecer uma informação imprecisa ou inverídica. Isso também é

passível de crime. Fizemos um requerimento pedindo à Secretaria da Comunicação Social, pedimos e foi aprovado aqui em Plenário, ao Sr. Airton Pissetti, informações sobre a publicação em Diário Oficial do Estado, do relatório das despesas da administração direta, indireta e fundacional com propaganda e publicidade.

Enfim, foi aprovado em Plenário. O Sr. Secretário da Comunicação Social mandou uma resposta absurda, passível de ação judicial, inclusive, que todas as informações estão disponíveis no site. Nós não fizemos essa pergunta, nós perguntamos quando o Governo do Estado, a Secretaria da Comunicação iria prestar informações no Diário Oficial, que está embasado em lei.

Então, além dos requerimentos que eu também não tive resposta, também esses requerimentos que foram respondidos de forma absurda, temos que coibir.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só queria me inscrever em Explicações Pessoais, no final da Sessão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 247/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU, a construção de novas galerias pluviais no Jardim São Silvestre, em Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 248/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a ampliação de salas de aulas para o Colégio Estadual Vinícius de Moraes, em Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 249/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a revitalização da biblioteca da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Felipe Lucas para representar esta Casa de Leis no Congresso Mundial Ucraniano e demais atividades de natureza parlamentar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Deputados Elton Welter, Professor Luizão, Luiz Claudio Romanelli e Dr.

Batista, para representarem esta Casa de Leis na IV edição do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, a ser realizada no período compreendido entre os dias 15 e 16 de agosto de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Deputados Durval Amaral e Nelson Justus, para representarem esta Casa de Leis, no Encontro dos Presidentes, nos dias 23, 24, 25 e 26 de agosto de 2007, na cidade de Vitória/ES. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Professor Luizão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2311, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em Plenário, no dia 08 do mês de agosto do corrente ano, por motivo de estar em consulta médica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas em geral, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E COPTC. **COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Fica proibido no estado do Paraná a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis em shopping center, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneros, que utilizam do mesmo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou mesma inscrição estadual, nas formas e razões que especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICT E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui o Dia do Intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto de Canto e Música São Domingos Sávio, com sede e foro na cidade de Campo Largo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 373/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de utilidade pública estadual o Instituto de Canto e Música São Domingos Sávio, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer **favorável**.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Rita de Cássia, com sede no município de Santa Rita de Cássia e foro no município de Palmital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/07, de 09/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 486/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara a Associação de Moradores do Bairro Santa Rita de Cássia, com sede e foro no município de Palmital.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer **favorável**.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Viva a Vida - AVIDA, com sede e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 498/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei declara de utilidade pública estadual a Associação Viva a Vida - AVIDA, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer **favorável**.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a União por moradia popular de Ponta Grossa e região, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 496/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, declara a União por moradia popular de Ponta Grossa e região, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer **favorável**.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para comunicar que a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação estará fazendo uma Sessão Extraordinária, logo após a nossa Sessão, para tratar sobre assuntos a respeito do Aeroporto Afonso Pena, aeroporto regional de cargas e também a respeito do Sindicato das transportadoras. Estou convidando os Srs. Parlamentares para participarem desta Sessão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2308, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente.
Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Rossoni pede que se faça a leitura do requerimento. Eu sou a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
(Proceda a leitura do requerimento).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

O Deputado Rossoni pediu para fazer a leitura e no encaminhamento eu queria comunicar a Casa que durante a Sessão eu entrei em contato com o Diretor da FUNDEPAR, que na verdade é sucedâneo da FUNDEPAR, o Dr. Luciano Neves, e ele me informou, Sr. Presidente, que este processo foi licitado no ano passado para fazer a cobertura no valor de 1 milhão e 200 mil reais. Por conta das especificações técnicas dessa cobertura o procedimento licitatório foi anulado, por decisão do Governador Requião, na medida que uma única empresa apenas participou do certame licitatório que, efetivamente, acaba

desfavorecendo aquilo que é o espírito da concorrência, que é a participação das empresas que possam fornecer. Em função desse tema o Governo fez o seguinte: como o procedimento deveria ser feito, o Governo retomou o procedimento de se fazer a ampla reforma no Instituto de Educação e com isto nós vamos ter uma obra no valor de 3 milhões de reais, aonde já está na SEOP, a Secretaria de Obras Públicas, para que inicie o procedimento licitatório, tomando o Governo o cuidado de não ter agora uma especificação de cobertura que possa levar novamente a participação de uma única empresa.

Esta é na verdade a resposta em relação a este requerimento.

Então, eu disse ao Deputado Marcelo Rangel que nós podemos - e eu posso fazer com que o ofício do Diretor Luciano possa ser encaminhado para que tenhamos um documento. Mas eu estou aqui, como Líder do Governo, prestando as informações. São informações oficiais para poder de fato esclarecer o tema. Se o Deputado resolver manter o requerimento, tudo bem da minha parte, mas, as explicações são estas, até em consideração ao trabalho de cada um dos Parlamentares desta Casa e da preocupação do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero concordar com todas as palavras do nosso eminente Líder Luiz Claudio Romanelli. Realmente, toda esta situação que envolve o Instituto de Educação, houve apenas uma empresa que venceu a licitação. O Governador cancelou a licitação, que seria uma reforma parcial, somente a cobertura. Eu particularmente levei o Governador em exercício, Orlando Pessutti, ao Instituto, e mostrei a ele que é o colégio mais importante de Ponta Grossa e que precisa de uma reforma completa.

E além do mais, disse ao Pessutti que um dos motivos que fez o Requião perder a eleição em Ponta Grossa foi o Instituto, porque lá é um dos locais de maior votação na cidade e no dia da votação as pessoas estavam votando e estava chovendo dentro da escola. Este foi um dos problemas também da eleição.

Por isto, tudo o que o Líder está dizendo é verdadeiro, a licitação deve iniciar em breve e o Governador autorizou fazer uma reforma ampla e é o que é preciso. Não adianta só um pouquinho.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que o Deputado Péricles aqui também se pronuncie.

Sr. Presidente, o Instituto de Educação - eu fico à vontade para falar - o Instituto de Educação, um colégio antigo na cidade e que chegou num tal ponto que está completamente destruído. Ele fica ao lado de um bairro de pessoas mais simples e acabou tendo, durante o período de férias, uma ação de moradores daquela região que roubaram, assaltaram aquela escola.

Eu falo porque lá estudei, Presidente, e conheço muito bem. Quando lá entrei era uma escola nobre e a reforma tem que acontecer! Uma reforma emergencial é necessária porque os alunos, no dia que chove, não podem estudar. Lá no passado, no Governo anterior, fizeram uma obra remediada, porque tinha um problema de infiltração de água. O problema foi sanado, o tempo passou e agora virou um caos. O colégio é especial, é especial para mim que lá estudei. Fico triste de ver a situação em que ele se encontra hoje porque não tem mais condições dos alunos estudarem.

O Governo do Estado, lá atrás, na campanha eleitoral, foi até o Governador em exercício, meu amigo Hermas Brandão, foi lá, anunciou automaticamente o início das obras e até agora, Sr. Presidente, já faz quase um ano que as eleições acabaram e infelizmente, até agora nada aconteceu! Os alunos estão perecendo num colégio destruído por causa do tempo e também de pessoas mal intencionadas que lá entraram.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, como disse o Deputado Romanelli, foi feita uma licitação para uma ampla reforma no Instituto de Educação e, infelizmente, apenas uma empresa participou e o Governo do Estado entendeu que não poderia homologar aquele processo licitatório.

Minha irmã é Chefe do Núcleo Regional de Educação em Ponta Grossa. Já deu várias declarações à imprensa, outra obra será licitada, uma ampla reforma no Instituto, tenho certeza que desta vez não haverá nenhum óbice.

Também concordo com o Deputado Plauto - e assim é a posição também da chefia do Núcleo em Ponta Grossa - de que uma obra emergencial deverá ser feita para que se supere, de uma vez por todas, os problemas que estão acontecendo no dia-a-dia, no Instituto de Educação, que é uma das maiores escolas, umas das mais tradicionais do Paraná.

Importante também é ressaltar à comunidade de Ponta Grossa e do Paraná que a situação da Educação, durante muitos e muitos anos no nosso estado, a rede pública, ficou totalmente comprometida. Os Deputados de Ponta Grossa sabem o caso do Colégio da Ronda - eu, como Prefeito, tinha vergonha de passar no colégio. Felizmente o Governador Requião reformou aquele colégio, tem reformado muitos outros e investido bastante em Educação. Eu confio que o Governo vai resolver, com a máxima urgência, essa questão do Instituto de Ponta Grossa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Também vou encaminhar, até porque estou muito quietinho. Não sou de Ponta Grossa, mas sou filial, sou de Imbituva, de Irati, daquela região.

Sr. Presidente, eu estou vendo hoje o espírito transparente do Líder do Governo dizendo que vai, prontamente, atender ao requerimento do Deputado Rangel. Eu espero que este espírito seja para todos os requerimentos, inclusive para os requerimentos desse Líder.

Imagine, Deputado Romanelli, a situação. Se nesse colégio já chovia dentro há um ano atrás - veja o planejamento da FUNDEPAR, ela fez o planejamento apenas para a cobertura desse colégio! Agora não, Deputado Romanelli, V. Exa. fez uma confissão de incompetência da FUNDEPAR porque, há 6 meses atrás, quando foi licitada a cobertura desse colégio, se a FUNDEPAR tivesse planejamento, ela certamente poderia ter feito um levantamento completo, não apenas da cobertura, mas de toda a reforma que agora vai ser feita.

Quer dizer, lá estão os estudantes há um ano esperando pela incompetência do Governo, pela falta de planejamento. Um colégio dos mais importantes de Ponta Grossa! Se nós formos percorrer este estado, vamos encontrar uma centena de colégios, por falta de planejamento, por falta de condições, por falta de capacidade de executar a obra. Ora, se vou fazer uma reforma na minha casa, vou fazer uma reforma na minha casa fazendo planejamento de tudo que é necessário. Não! A FUNDEPAR vai fazer uma reforma onde tem milhares de estudantes de uma das cidades mais importantes deste estado. Aí, sem planejamento, um ano depois vem aqui o Líder do Governo - me desculpe, tenho uma simpatia muito grande pelo Líder do Governo - mas eu tenho que admitir que ele fez uma confissão da incompetência que campeia este Governo. Espero que daqui a 6 meses eu não ouça. Quero sempre ouvir o Deputado Péricles, o Deputado Plauto, o Deputado Rangel. Espero que daqui a 6 meses essa história não venha de novo e digam o seguinte: "a licitação não deu certo, porque não foi feito planejamento, porque apareceu só uma empresa". Espero que essa única empresa que apareceu lá para fazer não seja a PAVIBRAS, porque essa PAVIBRAS está carimbadinha!

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (Pela Ordem)

Quero aproveitar o ensejo e dizer ao Líder do Governo, Deputado Romanelli: uma licitação o senhor sabe, é morosa, se não tiver nenhuma pendenga judicial, ela vai no mínimo 90 dias. Se analisarmos agosto, setembro, outubro, vai lá para novembro, vai lá para o ano que vem, se não tiver nenhum problema judicial. Por que não uma obra emergencial, sem licitação, pela carência das necessidades que o colégio hoje está. Então, quero aqui, sugerir ao Líder do Governo, o representante do Governo Roberto Requião nesta Casa, que o colégio como está hoje exige uma obra emergencial para que ela seja feita o mais rápido possível. E tenho certeza, o Secretário de Educação, sendo uma obra emergencial, com certeza ele vai gostar porque vai poder resolver o problema.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)
Primeiro quero parabenizar o pronunciamento do Deputado Plauto, ele está coberto de razão.

Estamos extremamente preocupados, porque pode acontecer uma tragédia a qualquer momento neste colégio, o Instituto de Educação. Sete salas foram interditadas. Então, a situação é realmente muito complicada. Também quero agradecer as palavras do Líder do Governo. Entendo que é um problema burocrático. O Governo está tentando resolver, mas está meio enrolado. Encaminhamos um requerimento e também uma indicação pedindo a reforma do Instituto de Educação. E veio a resposta do Governo dizendo que esses 2 milhões estariam liberados para o Instituto. Pois bem, os alunos estão esperando a resposta há muito tempo e estamos extremamente preocupados. Posso até retirar o requerimento de pauta e vou aguardar o ofício do seu gabinete, um documento oficial por parte do Governo.

Sei que vai acontecer realmente a reforma. Mas, o Deputado Plauto deixou muito claro que nós precisamos de uma obra emergencial. Imediatamente precisamos dar uma resposta para essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
O requerimento foi retirado pelo autor.

Requerimento nº 2309, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Não vou discutir o requerimento. Mas dizer que essa questão envolve o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná, embora envolva, claro, o estado. Mas é uma questão complexa porque envolve a gestão dos municípios. É um tema que pode até se exigir publicamente uma solução...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
O requerimento está apenas solicitando providências.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Eu disse isso porque solicita providência imediata, como se o estado fosse o responsável para resolver isso aqui. Infelizmente, não é o estado o responsável para resolver essa questão de gestão de consórcio intermunicipal de saúde. Isso é recurso que envolve gestão municipal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Em votação o requerimento.
Aprovado.

Requerimento nº 2321, de autoria da Bancada da Oposição, composta dos Deputados Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Ribas Carli Filho, Durval Amaral, Antonio Belinati, Valdir Rossoni e Edgar Bueno. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Adia-se na forma regimental.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)
Sr. Presidente, solicito a leitura desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, que proceda à leitura do requerimento apresentado pela Bancada da Oposição.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)
(Procede à leitura do teor do requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2312, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2313, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2315, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2330, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2325 a 2329, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.**

Antes de passarmos às Explicações Pessoais requerida pelo Deputado Jocelito Canto e marcar Sessão para amanhã, eu gostaria de convidar os Srs. Deputados para uma reunião que será feita na Presidência, na segunda-feira, às 11h. Os líderes dos partidos vão receber o convite para uma exposição que os representantes do porto de Paranaguá irão fazer a respeito da dragagem do porto de Antonina. Portanto, expedimos os convites. Devem estar chegando nos gabinetes dos líderes dos partidos, mas o convite é extensivo a todos os Srs. Deputados.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, inscrito. V. Exa. tem a palavra por quinze minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, ontem o Deputado Romanelli disse aqui que não era para misturar a eleição da FIEP com a Casa de Leis.

V. Exa. disse isso ontem, eu gravei isso com muita atenção.

Mas, V. Exa. hoje faz o contrário do que pregou ontem. V. Exa. vem aqui hoje e, exatamente, vem dizer que o atual Presidente da FIEP está com problemas de contas rejeitadas, porque a eleição é agora, final de semana, e assim por diante.

Bem, quero dizer que não tenho nada que ver com a eleição da FIEP. Não me envolvo nesta questão de eleição da FIEP, até porque não tem a ver comigo a eleição da FIEP. O que eu comentei aqui ontem - e vou voltar a comentar, Sr. Presidente, é que acho muito estranho, falava agora aqui, ao Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, o Deputado Artagão Júnior - que nós vamos convocar para vir à Comissão de Fiscalização os membros do Governo, para esclarecer a questão das florestas do Paraná. Porque eu estou com alguns documentos incompletos que não vieram como deveriam vir. Documentos que vieram pela metade. Documentos que não dão embasamento para a gente tirar as dúvidas que têm. Porque eu sei que lá atrás, no Governo anterior, se vendeu às florestas do Paraná, segundo auditoria, a um preço que não era o preço de mercado. As florestas do Paraná foram vendidas de forma irregular, Sr. Presidente, dando um prejuízo ao estado do Paraná.

O que fez o atual Governo? O atual Governo alardeou, fez auditorias com o dinheiro, contratou empresas e chegou a conclusão que houve falta de pagamento das florestas do Paraná, diante do BANESTADO.

O que fez o Governo? O Governador mandou chamar os proprietários de florestas e exigiu que eles fizessem o aditivo e pagassem o dinheiro a mais para o estado do Paraná.

Deputado Romanelli, algumas empresas pagaram e estão pagando ainda. Estão pagando a diferença que o estado levantou em uma auditoria, mas justamente esta empresa, cujo proprietário é o candidato agora na reunião da FIEP, foi o único que não pagou e é membro do PMDB e, não pagou diferença nenhuma até aqui. Pela auditoria que consta no Paraná, feita pelo então Secretário Mussi. O Secretário Mussi fez uma auditoria e nessa auditoria diz que ele também tinha que pagar e ele não pagou nada.

Então, os outros estão pagando, mas ele não está pagando. Como as florestas ainda estão aí dá para fazer esse levantamento hoje e que vai provar que o Governo do estado tem para receber.

Vamos analisar com toda a tranquilidade isso. O Governo primeiro denuncia o empresário. Faz uma denúncia. Eu tenho a fita e posso trazer aqui a esta Casa, a fita da “escolinha”. Na “escolinha” o Governador do

estado exigiu que o Presidente da Paraná Floresta, o então Deputado Djalma de Almeida César fizesse uma prestação de contas. E lá está a prestação de contas do Djalma. V. Exa. estava lá, Deputado Romanelli, e na prestação de contas diz o ex-Deputado Djalma, que faltou muito dinheiro a ser pago por uma empresa e, que o Governador veio fazer acusações dizendo que essa empresa teria cometido um ato de corrupção contra o estado do Paraná. Mas, eu lamento que agora, de repente, porque o Rodrigo Rocha Loures brigou com o irmão do Governador do porto, por causa do porto, em legítima defesa dos empresários. Mexeu com a família do Governador, parece que mexeu com a rainha da Inglaterra!

Eu ouvi o Deputado Rossoni pedindo um requerimento da Educação. Mexeu com a família do Governador, mexeu com a rainha da Inglaterra!

Quando Rocha Loures mexeu com o porto e quis fazer algumas cobranças, o Rocha Loures foi colocado como pessoa não grata por esse Governo. Isso que o atual Presidente da FIEP bancou a campanha de muita gente por aí. Se você entrar no site das empresas, têm Deputados aí que receberam bastante dinheiro do Rocha Loures, do pai e do filho, só faltou o espírito santo. Mas, agora, o Rocha Loures ousou mexer com a rainha da Inglaterra. Não pode! O Requião brigou com o Rocha Loures, está brigando com ele, não quer mais ele e se aliou com alguém que ele chamou de corrupto, que ele entrou com uma ação. Tem uma ação na justiça contra a empresa.

Não estou entendendo mais nada. Agora, o Governador que entrou na justiça, mandou fazer a ação, o atual candidato que quer concorrer na FIEP que tem lá, não pagou as florestas, o que devia pagar, diz a auditoria. Eu até convocaria o testemunho do Deputado Rossoni, que entende e que tem conhecimento mais que eu da floresta. Não tenho muito conhecimento. Mas eu queria esclarecer isso. E vou pedir na Comissão de Fiscalização dessa Casa, na segunda-feira, quando tiver a reunião, a vinda do ex-Secretário Mussi, do atual Presidente da Paraná Ambiental, para esclarecer essa história. Se as outras empresas, após auditoria se comprovou que tinha pagado pouco e o Governador garganteou para todos os cantos: “Olha, eu cobre os caras, cobre todo mundo, era uma turma de picareta.”

Eu vi isso, está nos jornais, está na televisão. Se o Presidente me autorizar, passo amanhã a fita aqui, ele chamando o cara de ladrão. E agora o ladrão vai ter o apoio dele, segundo o que nós estamos vendo, ele diz. Sr. Presidente, eu só queria fazer esse manifesto aqui, porque o Deputado Romanelli me provocou. Não tenho nada com FIEP, não apóio ninguém da FIEP, não tenho nada a ver com a eleição da FIEP. O candidato de Ponta Grossa não tem nada a ver comigo, não tenho nada a ver com ele. Estou só fazendo uma questão de justiça. Quero entender esse caso.

Se o Presidente me permitir eu passo a fita aqui da “escolinha”. Coloco aqui o ex-Deputado Djalma de Almeida César. Eu tenho toda a fita da “escolinha”, porque

eu guardo, porque aquilo é uma pérola. Vai para os Anais da vida da gente. A “escolinha” do Requião é uma pérola que deve ser guardada a sete chaves para a história desse país.

Estou guardando as fitas e tenho a fita desse dia em que houve esse pronunciamento. Só quero entender: ou o Requião pede desculpas, quem sabe ele queira pedir desculpas, o Governador queira se ajoelhar e dizer: “Me perdoe amigo, eu errei, agora vou trabalhar para você ganhar”. Quem sabe seja isso que não estou entendendo. Quem sabe o Requião está se ajoelhando diante do empresário dizendo: “Não, você não é corrupto, você é gente boa, você não roubou nada, está tudo certo! Você é nota 10! Os outros é que roubaram, os que pagaram. Você, não!” Mas, o cara é do PMDB. É do PMDB!

Então, fico só pensando nisso, Sr. Presidente. Este negócio está esquisito. Tem alguma coisa nisso. Por isso, vou pedir ao nosso Presidente para convocar o pessoal da Paraná para esclarecer esta história. Não tenho nada contra ninguém. Só quero entender. Ou o Requião está pedindo perdão, e se ele estiver pedindo perdão, quero aprender, porque eu nunca vi o cabeça do Governador pedir perdão a alguém, eu nunca vi ele se ajoelhar para alguém e dizer: “Perdão, eu errei”. Eu nunca vi isto! Esta humildade eu nunca vi no Governador. E eu espero, quem sabe agora com a eleição da FIEP, está lá o Vergílio o apoiando, estão fazendo campanha, estão chamando pessoas, no Palácio, não vote no cara, não sei o quê. Estão fazendo campanha na cara dura! Estão fazendo, sim! Prefeitos estão ali, almoçando com os homens, sindicalistas, com dinheiro público! No Palácio! Estão fazendo isto! O Palácio está servindo para isso, para pressionar! E no dinheiro público não deve se mexer com isso, não! Não tenho nada contra ninguém, aqui. Só quero fazer este pronunciamento e dizer para o senhor, Deputado Romanelli, eu não tenho nada a ver com a eleição da FIEP.

Agora, este negócio da floresta tem que esclarecer bem. E acho que se o Governador é toda a transparência que ele diz que é, que eu sempre acreditei, votei nele, que ele hoje mande parar todo este negócio de floresta, no Paraná. Pára tudo! Manda parar tudo, como ele tem o costume de querer fazer tudo, pára isso, manda contar as árvores de novo e você vai ver que o Paraná vai sair no lucro.

Agora, Sr. Presidente, 4 empresas pagarem, 5 empresas pagarem, e uma não pagar? Será que só uma estava certa? E justamente da região de Ababan (sic), região que eu conheço! As árvores?

Queria deixar esta posição e dizer ao Deputado Romanelli, com todo respeito, eu não tenho nada com a FIEP, mas V. Exa. que fez a confusão, disse que não era para mexer e mexeu, e agora vamos convocar o pessoal. Já recebemos alguns documentos, incompletos, mas, espero receber, porque não entendo: vai apoiar alguém contra quem ele entrou na Justiça? Então, realmente, é uma situação bem crítica, mas, também tem que respeitar, é o

Governador, não é? Temos que entender que ele é o Governador, tem que ser respeitado, 3 mandatos, com certeza é uma verdadeira rainha da Inglaterra, tem que respeitar!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, estou inscrito. V. Exa. estava no telefone...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero apenas explicar a V. Exas. uma questão muito importante, porque, Deputado Jocelito Canto, sempre com esta verve muito especial, oriunda dos campos gerais, aquela água de Ponta Grossa deve, realmente, fazer muito bem. O binômio Explicações Pessoais diz respeito, exclusivamente, a Explicações Pessoais, à sua pessoa. V. Exa. tratou de atacar o Governo ou a FIEP. Nós ouvimos apenas em respeito a V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, foram pessoais. Para mim foram pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Elas têm que ser, realmente, alguma coisa subjetiva, dita a V. Exa. V. Exa. não tratou absolutamente de questões pessoais. Nós ouvimos pelo respeito que V. Exa. merece de toda esta platéia que fica até agora.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agora já falei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas, não houve nada de Explicação Pessoal.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Como, na verdade, nós ouvimos aqui o pronunciamento acalorado, tem um ditado popular que diz que quando pisamos no rabo do gato, vemos onde ele mia. E na verdade é o seguinte: penso que o Deputado Jocelito está tão bem informado sobre esta disputa que existe na FIEP, que quero registrar o seguinte: que vi uma vez, há muitos anos atrás, o empresário Álvaro Scheffer, e sei porque ele tem uma empresa do lado direito ou esquerdo, dependendo se estamos vindo do interior, vejo a empresa dele, e vejo lá os pinus sendo cortados. E vejo, cada vez mais, um volume maior. Não entendo nada de madeira e menos de floresta. Agora, percebo, Deputado Jocelito, que desde o início desta legislatura, V. Exa. deve acalantar em seu coração uma mágoa muito forte, porque desde o início desta legislatura V. Exa. está insistindo com esse empresário chamado Álvaro Scheffer. Digo isso porque desde o começo V. Exa. quer investigar o empresário Álvaro Scheffer.

Então, parece-me que na verdade V. Exa. está motivado e subiu naquela tribuna, ontem, mais motivado ainda. Então, se o tema da FIEP tem que ser debatido,

tem que ser na sua plenitude. Conheço muito bem o Rodrigo Rocha Loures, é um empresário bem sucedido e tem divergências, mas disse aqui hoje que havia uma desaprovação das contas da FIEP, que aliás o orçamento anual da FIEP, V. Exa. sabe quanto é?

São R\$ 260 milhões! É maior do que o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E V. Exa. sabe que esse dinheiro, na gestão anterior, está lá no Ministério Público com uma denúncia que não vou falar nem o nome de quem era o Presidente, porque já é falecido, mas uma denúncia de desvio de mais de R\$ 60 milhões da Federação das Indústrias.

Então, penso que de fato a Federação das Indústrias do Estado do Paraná pode ajudar muito o nosso empresariado, pode ajudar muito a fazer parcerias boas com o Governo do Estado, mas fundamentalmente temos que ter clareza e transparência, porque o que me parece é que temos uma disputa aqui, hoje, entre capital e interior. É isso que está me parecendo nessa disputa da FIEP.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 373, 486, 496 e 498/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 480, 483, 505 e 509/07 e do Projeto de Resolução nº 022/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1494/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05723, datado de 11 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ROSANGELA RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1495/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05726, datado de 11 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SERGIO FERRARO, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1497/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05590, datado de 06 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FRANCISCO DE ASSIS LOPES PEQUITO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1507/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover ANTONIO ROBERTO FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PSL, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1508/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06225, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANA GLEICE PADILHA, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança da Oposição, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1509/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05949, datado de 14 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GUSTAVO RIDAN CELSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1510/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05974, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover SOLENI MARIA VENCI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1511/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06173, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUCIENE MORAES DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1512/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Elio Rusch, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1513/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05841, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1514/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05840, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover KAUE DOBICZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1515/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 06175, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLAUDIONORA ALBA GONÇALVES PHILIPPOVSKY, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1517/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05977, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RONALDO BORTOLUZZI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1518/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 05983, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUCIANO FERREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Errata:**Comissão de Finanças****Republicada por incorreção na publicação original (D.A. 083, de 16.07.07)**

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13:30 horas, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Elton Welter e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. O Sr. Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura da ata, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 083/07, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado para os estabelecimentos industriais dos setores têxteis. Relator Sr. Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL lido pelo Sr. Deputado Elton Welter. O Sr. Presidente coloca o Projeto em discussão. O Sr. Deputado Dobrandino da Silva, informa que vota favora-

velmente ao Projeto, porém, alerta que outros setores, como por exemplo: o cerâmico, poderão posteriormente pleitear tal benefício. O Sr. Deputado Antonio Belinati, também comunga com este pensamento. O Sr. Deputado Elton Welter, demonstra sua preocupação, quando se pretende alterar a alíquota para os estabelecimentos industriais dos setores têxteis. Na mesma linha de raciocínio, o Sr. Presidente comunica que se encontra apenso a matéria o relatório desfavorável da Secretaria de Estado da Fazenda. Contudo, deve-se observar que, se a Comissão for contrária à proposta, as empresas poderão transferir-se para outros Estados. Colocado o Parecer em votação, foi o mesmo APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 101/07, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, que altera dispositivos da Lei nº 15.352, de 22 de dezembro de 2006 e da Lei nº 15.467, de 09 de fevereiro de 2007. (ICMS). Relator Sr. Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO, NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. 03) Projeto de Lei nº 103/07, de autoria da Sr.a Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no Estado do Paraná. Relator Sr. Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 044/07, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, que institui o percentual de 40% (quarenta por cento), para a tarifa de esgoto, a ser cobrada pela Companhia de Saneamento do Estado do Paraná – SANEPAR. Relator Sr. Deputado Elton Welter. O Sr. Presidente, enaltece a importância de solicitar o relatório de impacto financeiro. O Relator da matéria argumenta que seria conveniente ouvir os representantes da SANEPAR, pois, os mesmos trarão informações que possibilitarão aprovar ou não tal matéria. O Sr. Presidente coloca em votação a proposta do Sr. Deputado Elton Welter, no sentido de convidar os representantes da SANEPAR, à serem ouvidos por esta Comissão, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

